

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Representações de Brasil em Delgado de Carvalho

Marcelo Raimundo Pires

**PIRACICABA, SP
2006**

Representações de Brasil em Delgado de Carvalho

Marcelo Raimundo Pires

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Donato do Prado Ribeiro

**Dissertação apresentada à Banca
Examinadora do Programa de
Pós-graduação em Educação da
UNIMEP como exigência parcial
para obtenção do título de Mestre
em Educação.**

**PIRACICABA, SP
2006**

BANCA EXAMINADORA**Prof. Dr. Raimundo Donato do Prado Ribeiro - UNIMEP****Prof. Dr. Ademir Gebara – UNIMEP****Profa. Dr. Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho – UNESP / RC****Profa. Dra. Virgínia Célia Camilotti - UNIMEP**

Dedico este trabalho à minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Raimundo Donato, por sua enorme dedicação a este projeto de mestrado.

Não tenho como expressar minha gratidão para com o excepcional Núcleo de História, Ciência e Educação. Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Ademir Gebara que me acolheu com enorme carinho neste grupo de estudos e acreditou neste projeto desde o início.

Gostaria de agradecer imensamente aos professores Dr. Silvio Carlos Bray, Dr. Ademir Gebara e a professora Dra. Virginia Célia Camilotti, membros da banca examinadora de qualificação, pelas contribuições e sugestões oferecidas para a melhoria desta dissertação de mestrado.

Agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram com a realização deste trabalho. Em especial, à bibliotecária Nilza da UNESP – Rio Claro pela gentileza com que atendeu todas as minhas solicitações.

Portanto, gostaria de agradecer ao Programa Bolsa Mestrado da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e a CAPES pelo auxílio financeiro, sem os quais, não seria possível a minha permanência no curso de mestrado.

RESUMO

O Brasil e os brasileiros ocuparam um lugar privilegiado no cenário e no pensamento na virada do século XIX para o XX. Neste trabalho, analisamos as obras de um autor de livros didáticos de Geografia do início do século XX, com a finalidade de identificar as representações de Brasil e de brasileiros por ele elaboradas e contribuir com o estudo das idéias que estavam sendo formuladas a respeito do nacional naquele momento.

Delgado de Carvalho introduziu, em seus livros didáticos, discussões que interessavam à elite cultural brasileira, quais sejam uma representação mestiça da população brasileira, como algo a ser superado através da miscigenação; a localização da capital brasileira, entre outros assuntos. Em seus livros, também utilizou a região natural como categoria de análise para estudar o território brasileiro.

A concepção científica de estudos geográficos estruturados a partir do conceito de região natural, que Delgado de Carvalho tentou consolidar na Geografia produzida no Brasil, acabou por tornar-se o modelo oficial dos processos de análises e de ensino de Geografia, isto é, nos programas de ensino elaborados pelos professores do Colégio Pedro II.

SUMÁRIO

Apresentação	pág. 8.
Delgado de Carvalho e as correntes de pensamento geográfico de sua época.	pág. 16.
O estudo do território brasileiro.	pág. 23.
Representações de Brasil e dos brasileiros.	pág. 40.
As reformas educacionais e a influência de Delgado de Carvalho nos programas de ensino da Geografia.	pág. 59.
Considerações Finais	pág. 80.
Anexos	pág. 83.
Bibliografia Geral de Delgado de Carvalho	pág. 93.
Bibliografia	pág. 99.

APRESENTAÇÃO

Na tentativa de contribuir com a análise da história da Geografia escolar brasileira, escolhemos trabalhar com a produção bibliográfica de Carlos Miguel Delgado de Carvalho por ser este um pensador que confluíu os debates da Geografia no início do século XX e por pensar a questão do ensino da Geografia como um projeto mais amplo para o país.

Delgado de Carvalho nasceu em Paris¹, no dia 04 de novembro de 1884 e faleceu em 1980, deixando uma produção acadêmica significativa. Participou dos debates em torno da consolidação da ciência geográfica no Brasil, como também forneceu elementos para mudar a prática do ensino da disciplina de Geografia em nível secundário. Em seus livros e artigos, combateu o ensino da Geografia puramente descritiva ou de mera nomenclatura de acidentes físicos e de topônimos, calcada na mais pura memorização, empreendendo uma campanha metodológica em favor da Geografia científica.

Delgado de Carvalho escreveu textos com temas geográficos para diferentes interlocutores (alunos e professores do ensino secundário, principalmente) e de diferentes gêneros: monografias, seminários, conferências, palestras, livros didáticos, artigos científicos, etc.

Escreveu uma série de livros sobre o nosso país, abordando temas de Geografia Regional (“Le Brésil Meridional: étude économique sur les états de sud”, 1910); de Geografia Física (“Météorologie du Brésil”, 1917 e “Physiographie” do Brasil, 1926) e de metodologia (“Methodologia do Ensino Geográfico – Introdução ao Estudo de Geographia Moderna”, 1925). Todos estes livros foram publicados antes da década de 1930, portanto antes da institucionalização dessa disciplina no ensino universitário brasileiro.

Iniciou seus primeiros contatos diretos com o Brasil por volta de 1906, desenvolvendo pesquisas sobre o nosso território². Inicialmente, escreveu dois livros:

¹ Delgado de Carvalho era filho de brasileiros. Na ocasião de seu nascimento seu pai era Secretário da Legação do Império.

² Delgado de Carvalho passou toda sua juventude na França e recebeu toda a sua educação em escolas européias. Iniciou os seus estudos em Londres, onde residia com sua avó, a viscondessa de Tourinho, desde que seu pai fora transferido para Bruxelas. No colégio de São Tomás de Aquino, em Lion, bacharelou-se em Letras, em 28 de setembro de 1905. Cursou Direito na Universidade de Lausanne. Nesta mesma época, lecionou História da Civilização num colégio francês. Mais tarde ingressou na

um registrando suas impressões sobre o Estado de Minas Gerais e outro sobre o Sul do país. “Um centre économique au Brésil – l’ Etat de Minas” (de 1908) e “Le Brésil Meridional – étude économique sur les états du sud.” (de 1910) foram elaborados a partir de observações pessoais do autor. Para tanto, ele percorreu as regiões descritas, empenhado em fazer inquéritos e interpretar os fatos geográficos presentes nessas regiões.

Seu segundo livro sobre o Brasil, “Le Brésil Méridional” é, na verdade, sua tese de doutorado, exigida pela Escola de Ciências Políticas de Paris. Delgado inicia este livro escrevendo:

“O Brasil tão vasto, tão mal conhecido e realmente ainda pouco povoado (...)”³

O reconhecimento da vastidão do país e seu conhecimento bastante restrito, já anunciado nessa obra, demonstram uma das impressões e motivações deste intelectual que escreveu diversos trabalhos sobre o território brasileiro. Dedicou-se em conhecer e estudar a realidade brasileira. Assim, acumulou experiências e reflexões a respeito do nosso território e do seu povo, formulando uma representação acerca do Brasil de sua época.

A publicação desse seu segundo livro colocou o Brasil, segundo Andrade, na rota dos modernos conhecimentos geográficos elaborados na França⁴. Para Andrade, a obra de Delgado de Carvalho, em especial, o livro “Le Brésil Méridional”, antecipou o que ia ocorrer com o pensamento geográfico no Brasil após a Revolução de 30, possibilitando a institucionalização da Geografia como ciência a ser estudada em nível superior e a ser aplicada à problemática nacional.

No prefácio de seu primeiro livro didático, Oliveira Lima assim apresentou este autor para seus leitores:

“O caso do Sr. Delgado de Carvalho – depõe de início aquele grande humanista brasileiro – é parecido com o meu. Educados ambos fora de nossa terra, ainda

Escola de Ciências políticas de Paris onde graduou-se na Secção Diplomática, fazendo a seguir o curso da Escola de Economia e Política de Londres.

³ Carvalho, Delgado de Le Brésil Meridional – étude économique. Paris, E. Desfossés, 1910, p. 1.

que em atmosferas morais brasileiras, assim constituídas pelos círculos de família e amigos, tanto mais sedutora nos parecia a pátria distante.”⁵

Apesar de não ser geógrafo de formação, Delgado de Carvalho é considerado nosso primeiro geógrafo em função de seu trabalho apresentar cunho científico, de sua preocupação com a profissionalização, institucionalização do saber e definição de uma metodologia. Pode parecer contraditório considerá-lo o nosso primeiro geógrafo, já que outros estudiosos que escreviam trabalhos com temas geográficos também não tinham essa formação acadêmica.⁶ Sem dúvida alguma, ele dominava o conteúdo e utilizava do método dessa disciplina científica, levando diversos pesquisadores a considerá-lo como um dos precursores da Geografia no Brasil⁷. Dessa maneira, formulou / reproduziu ingredientes ao debate que se processava no interior da ciência geográfica brasileira, sendo possível, através da leitura de suas obras, conhecer a concepção de Geografia por ele adotada.

Delgado de Carvalho foi um dos primeiros geógrafos voltados à problemática do ensino de Geografia; vários de seus livros e artigos determinaram, em maior ou menor escala, a Geografia que se ensinou e que se ensina no Brasil. Ele influenciou várias gerações de professores brasileiros e formou uma verdadeira escola de ensino de Geografia Nacional. Entre 1908 a 1940, teve uma produção acadêmica que serviu de base para os geógrafos e professores de Geografia de sua geração e posteriores.

Destaca-se ainda que, nas três primeiras décadas do século passado, há uma significativa produção didática desse autor voltada ao ensino secundário,⁸ demonstrando sua preocupação com a educação, o que o vincula à formação de várias gerações de estudantes e à impressão de uma dada representação do Brasil e do ensino de Geografia no país.

As idéias reformadoras do ensino da Geografia apregoadas e realizadas por Delgado de Carvalho constituem um marco para a Geografia brasileira, antecipando em

⁴ Andrade, M. C. de O pensamento geográfico e a realidade brasileira. São Paulo, Boletim Paulista de Geografia, 1977, p. 8.

⁵ Lima apud S/Autor. Apontamentos bio-bibliográficos – Professor Carlos Delgado de Carvalho. Boletim Geográfico, em 1944, p. 58.

⁶ Andrade, M. C. de Caminhos e Descaminhos da Geografia. Campinas/São Paulo, Papyrus, 1993, p. 48.

⁷ Em vez de considerá-lo o nosso primeiro geógrafo, preferimos concordar com Bernardo Issler que considera Delgado de Carvalho um dos precursores da Geografia Brasileira.

⁸ Delgado de Carvalho escreveu livros didáticos para as disciplinas de Geografia e História. Os seus livros didáticos tinham como leitores os alunos do curso secundário, filhos de uma minoria privilegiada econômica e culturalmente, pois o acesso à educação era restrito.

duas décadas o que seria observado mais claramente com a institucionalização do conhecimento geográfico.

Reconhecemos sua interferência nas concepções de Geografia presentes nas reformas de ensino, ocorridas no início do século XX, em nosso país. Sobre esse assunto encontramos Zarur que nos diz, ao analisar o Ensino de Geografia no Brasil:

“(…) As idéias reformadoras dos métodos de Ensino, bem antes de 1930, já eram conhecidos no Brasil através de trabalhos publicados por professores influenciados pelo movimento da Escola Nova, entre os quais é um dever salientar os nomes dos professores Delgado de Carvalho e Raja Gabaglia; o primeiro é o verdadeiro introdutor da moderna Geografia no Brasil.

Os dois livros Geografia do Brasil e Metodologia do Ensino Geográfico, do Prof. Delgado de Carvalho marcam o início, no setor do Ensino da Geografia, do vitorioso movimento Escola Nova.

Em suma, a história do ensino da Geografia, no Brasil, pode ser dividida em duas grandes fases: a primeira vai desde a colonização até o movimento iniciado pelo professor Delgado de Carvalho; a segunda vai desde o advento das obras acima citadas até os nossos dias.”⁹

Recorrendo a Zarur, observamos que é reconhecida a valorização e importância de Delgado de Carvalho para o ensino da Geografia, reconhecimento esse presente mesmo em diferentes abordagens teóricas e metodológicas produzidas posteriormente ao legado desse estudioso. Denota-se, no entanto, que ainda que questionáveis os limites postos pela sua abordagem teórica, reconhecemos a sua preocupação em transformar a Geografia em disciplina escolar e, ao fazê-lo, contribuindo para a sua profissionalização.

Acreditamos que Delgado de Carvalho não se utilizou unicamente de objetos impressos para divulgar suas idéias sobre a ciência geográfica e seu ensino. Transmitiu essas idéias em conversas informais com os professores de Geografia do Colégio Pedro II, responsáveis pela elaboração dos programas de Ensino dessa disciplina para todos os estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, do país.

⁹ Zarur, J. Geografia no curso secundário. Revista Brasileira de Geografia, nº 2, ano III, abril/ junho de 1941, p. 245.

Delgado de Carvalho foi um autor de livros didáticos preocupado em romper com a Geografia Nomenclatura e/ou Administrativa que se ensinava até então nas escolas brasileiras, onde era privilegiada a memorização. Os primeiros livros didáticos brasileiros de Geografia resumiam-se em um verdadeiro catálogo com nomes de lugares, localizações de montes, rios e de cidades. Constituíam-se na impressionante enumeração de nomes de rios, serras, montanhas, capitais, cidades principais, totais demográficos de países, etc. A memorização era fundamental para o estudante ser bem sucedido em seus estudos. Ele deveria decorar nomes de lugares, datas, etc.

No conteúdo de seus livros didáticos, encontramos uma preocupação com a fundamentação lógica, na qual o autor passa a explicar o espaço e não somente enumerá-lo. Empenhou-se contra a Geografia administrativa, isto é, o estudo da Geografia do Brasil a partir de sua divisão em estados – membros. Segundo Farias, na visão de Delgado de Carvalho, a Geografia – nomenclatura e/ou administrativa haveria impedido até então a fundamentação lógica imprescindível à Geografia que deseja aqui implantar definitivamente.¹⁰

Dentre as obras de Delgado de Carvalho com cunho didático destacamos algumas para nossa análise. Utilizamos seus livros didáticos dedicados ao estudo do território brasileiro como fontes, para evidenciar as representações de Brasil e de brasileiros formuladas por este autor. Em especial, os títulos “Geographia do Brasil” e “Geographia Regional do Brasil”, publicados desde 1913.

Acreditamos que seus livros didáticos denotam uma representação do Brasil, do seu território e do seu povo. Assim, a produção de Delgado está vinculada a intensos debates quanto às idéias do que é ser Brasileiro e do que é o Brasil.

Datada de 1913, “Geografia do Brasil” trata-se não só de seu primeiro livro publicado em nosso idioma, mas do seu primeiro livro didático. Este livro marca o início de sua atividade como autor de livros didáticos, quando rompeu com as listagens de nomes, como era comum nos livros dessa disciplina. Ele também colaborou para modificar o ensino da Geografia em nosso país, deixando de analisar o Brasil pela sua divisão administrativa e passando a analisá-lo por suas regiões naturais.

¹⁰ Vlach, V. R. F. A propósito do ensino de Geografia: em questão o nacionalismo patriótico. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1989, p. 151.

Seu livro “Metodologia do Ensino Geográfico”¹¹ e diversos artigos publicados, principalmente, na *Revista Brasileira de Geografia* e no *Boletim Geográfico* eram destinados a leitores mais específicos: os professores de Geografia. Nessas publicações, mantinha um diálogo com esses profissionais, transmitindo suas idéias acerca do ensino e da ciência geográfica. Seus escritos era um convite aos professores de Geografia para realizarem uma reflexão sobre os métodos de ensino que deveriam utilizar nas aulas da disciplina. Dessa maneira, Delgado auxiliou os professores na sua prática docente. É importante lembrar que, no início do século XX, a maioria dos professores eram autodidatas, isto é, docentes que exerciam o magistério sem formação universitária.

Os primeiros livros didáticos de Geografia escritos por Delgado de Carvalho possuíam uma abordagem considerada inovadora, mas não impassível de críticas; e por isso foram considerados pelos professores muito difíceis. Por esse motivo, esses livros deixaram, em um primeiro momento, de serem adotados como material didático nas aulas de Geografia do ensino secundário. Alguns professores encontravam dificuldades em compreendê-los e outros ainda identificavam um descompasso entre o conteúdo de seus livros e os Programas de Ensino da época. Havia ainda aqueles professores que liam seus livros e utilizavam-nos como subsídios para suas aulas. Através deles adquiriam informações, principalmente sobre a Geografia do Brasil, mas não tinham coragem de adotá-los como material didático para suas turmas. Dessa forma, os professores acabavam por utilizá-lo de uma maneira distinta da inicialmente idealizada pelo autor. Delgado de Carvalho logo percebeu que, para operar uma mudança substancial no ensino dessa disciplina no Brasil, seria necessário primeiro qualificar os professores da área.

Delgado de Carvalho indicava aos professores a leitura de diversos autores que considerava importantes para a formação dos profissionais que estariam lecionando Geografia nas Escolas secundárias da época sem terem uma formação universitária na área.

“Hoje em dia encontramos nos nossos autores ambições diferentes, novos rumos. Continua-se a documentação necessaria, mas pára-se tambem afim de dar vistas de conjunto, estabelecer idéas geraes, esboçar interpretações.

¹¹ Na opinião de diversos autores, “Metodologia do ensino geográfico” constitui, pelo conteúdo nele discutido, o mais importante livro de geografia publicado na primeira metade do século XX. Fundamentado pelo método de pesquisa e ensino da época, o autor propõe uma distribuição mais precisa e lógica dos conteúdos.

Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Sylvio Romero, Oliveira Vianna, Calogeras, Escragnolle-Taunay, Arrojado Lisboa, Basilio de Magalhães, Backheuser, Theodoro Sampaio, Lemos Britto, Roquette Pinto e muitos outros estabelecem relações íntimas entre a história e a geographia; á luz dos dados economicos que se multiplicam e se precisam, vão observando os legados indigestos do seculo passado sob o prisma economico e vão dando á história e á geographia do Brasil uma luz e uma vida que o tornam singularmente vibrante e significativo.”¹²

Lia e escrevia em vários idiomas: francês, inglês, alemão e português. O domínio desses idiomas permitia a Delgado de Carvalho adquirir conhecimentos relativos ao ensino e à ciência geográfica processados em diversas partes do mundo. Assim, podemos perceber que Delgado de Carvalho manteve contato com textos de autores nacionais e estrangeiros, seus contemporâneos ou mesmo anteriores. Dessa forma, identificamos em seu trabalho interlocução com distintos pensadores e idéias que estavam disseminadas entre a intelectualidade brasileira. Encontram-se presentes em seus livros idéias dos pensadores nacionais: Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, Oliveira Vianna, Everardo Backheuser, dentre outros, que o influenciaram, por exemplo, quanto as suas representações acerca do branqueamento da população brasileira como um dos componentes decisivos da sua concepção e projeto de Geografia para o Brasil.

Passados alguns anos, os textos produzidos pelo nosso autor e os conteúdos neles apresentados, marcaram época e constituíram-se como referência para outros autores de livros didáticos de Geografia, que passaram a adotar o tipo de abordagem por ele proposta para o ensino do território brasileiro, qual seja, o estudo do espaço nacional pelas regiões naturais.

Assim, para nossa pesquisa, sua importância maior está no fato de ter captado o estágio do conhecimento geográfico de sua época, Delgado de Carvalho participou do debate teórico-metodológico que se processava na Geografia (determinismo versus possibilismo) e assumiu um posicionamento frente a esse debate, escolhendo inicialmente como a base de seus trabalhos a Antropogeografia e, posteriormente, o possibilismo como seu referencial teórico.

¹² Carvalho, Delgado de. Metodologia do Ensino Geográfico. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1925, p. 35.

O foco desta dissertação é refletir a participação de Delgado de Carvalho, tendo em vista a sua concepção de Geografia na História da Educação do Brasil. Evidenciando a amplitude da sua contribuição para o ensino da Geografia no Brasil, nossa pesquisa norteou-se pelas representações de Brasil ensejadas pelas suas obras e para tanto nossa análise dar-se-á nas obras de Carlos Miguel Delgado de Carvalho produzidas entre 1908 e 1941.

Elegemos como recorte temporal o período de 1908 a 1941. O primeiro, por ser o ano da publicação de seu primeiro livro, e que entendemos como o momento em que efetivamente é apresentado uma concepção não só de Geografia, mas sobretudo uma representação de Brasil, que se impõe em 1941, o ano em que o IBGE apresenta oficialmente a sua primeira divisão regional do Brasil, baseado no critério de região natural, configurado por Delgado de Carvalho.

Nosso primeiro capítulo apresenta Delgado de Carvalho em termos da sua abordagem teórica e metodológica. Podemos localizar nesse capítulo a complexidade do seu pensamento, já que são nítidas as influências que esse pensador sofreu das escolas alemã e francesa, ainda que antagônicas em suas abordagens e compreensão da Geografia. Podemos reconhecer que, em alguns dos trabalhos do nosso autor, convergem influências do determinismo e possibilismo.

A proposta de divisão do Brasil em regiões naturais, apresentada por Delgado de Carvalho, em seu primeiro livro didático, tornou-se clássica e exerceu uma grande influência no ensino da Geografia nas primeiras décadas do século XX, além de servir de base para a primeira divisão regional do IBGE. No segundo capítulo, buscamos compreender como se deu o processo de estabelecimento de uma divisão regional única para o Brasil e as contribuições de Delgado de Carvalho nesse processo.

No terceiro capítulo, procuramos evidenciar as representações de Brasil e de brasileiros formuladas pelo nosso autor. Ele trouxe o tema racial e as conclusões dos teóricos do branqueamento para as salas de aula do ensino secundário através dos seus livros didáticos. O país era descrito, pelos intelectuais do final do século XIX e início do século XX, como uma nação composta por raças miscigenadas. A relevância dos livros didáticos de Delgado de Carvalho foi apresentar essas e outras discussões para os alunos do ensino secundário.

A concepção científica de estudos geográficos estruturados a partir do conceito de região natural, que Delgado de Carvalho tentou consolidar na Geografia produzida no Brasil, acabou por tornar-se o modelo oficial dos processos de análises e de ensino de

Geografia, isto é, nos programas de ensino elaborados pelos professores do Colégio Pedro II. Assim, no quarto e último capítulo, destacamos a influência impressa por Delgado de Carvalho nos programas de ensino de Geografia.

DELGADO DE CARVALHO E AS CORRENTES DE PENSAMENTO GEOGRÁFICO DE SUA ÉPOCA.

Apontado em vários estudos acadêmicos como o precursor da Geografia Moderna no Brasil, Delgado de Carvalho reconhecidamente trabalhou na divulgação e atuou no debate epistemológico acerca dos paradigmas geográficos do seu tempo. Teve atuação destacada na elaboração e na organização da disciplina de Geografia no ensino secundário a partir de uma abordagem analítica.

Nesses termos, Andrade e muitos outros autores que estudaram a história da Geografia em nosso país consideram Delgado de Carvalho o nosso primeiro geógrafo; ¹³ “o iniciador dos estudos de geografia científica no Brasil.” ¹⁴ Esse autores acreditam que somente com Delgado de Carvalho é que se iniciaria a implantação do pensamento geográfico com caráter científico no Brasil, profundamente marcado pela influência da Escola Francesa, influenciada pelos ensinamentos de Vidal de La Blache.

Assim, é aceito que a Geografia científica moderna teria sido introduzida por Delgado de Carvalho, com uma formação influenciada pelo pensamento da Escola Francesa. Em primeiro lugar, gostaríamos de destacar que, nos manuais de Geografia, quase sempre se procura apresentar a idéia de “evolução” da Geografia científica dividindo as suas várias fases em escolas nacionais, como a alemã, a francesa, a inglesa etc., quando na verdade nem essas escolas nacionais têm unidade, já que se ramificaram em várias tendências e orientações, nem estão separadas completamente uma das outras. Em segundo lugar, acreditamos ser errôneo enquadrar nosso autor em uma única corrente de pensamento ou escola geográfica, como também considerá-lo o único ou principal introdutor da Geografia moderna em nosso país.

No período em que permaneceu na França, Delgado de Carvalho se deparou com um ambiente onde estabeleciam os mais calorosos debates sobre a necessidade de

¹³ Além é claro de Manoel Correa de Andrade, podemos citar Aroldo de Azevedo, Diamantino Pereira, Wilson dos Santos entre outros que apontam Delgado de Carvalho como sendo o pioneiro da Geografia científica brasileira.

renovação do conhecimento geográfico. Ferraz salienta que, apesar de influenciado pelo clima de discussões e propostas de renovação estabelecido na França no final do século XIX, Delgado de Carvalho não deixou que suas análises fossem simplificadas, numa redução de toda a problemática da Geografia a um embate entre “possibilismo francês” contra “determinismo alemão”.¹⁵

Na França, doutorou-se na Escola de Ciências Sociais, onde desenvolveu pesquisas sobre o nosso território, dando origem ao livro “Le Brésil Méridional: étude économique sur les états du sud”. Essa monografia regional foi considerada um marco nos estudos sobre o território brasileiro no início do século passado.

Esse tipo de trabalho só tornou-se comum na produção geográfica brasileira a partir de 1930, com a institucionalização dessa ciência. Para Bernardo Issler os trabalhos de Delgado de Carvalho

“preparam o advento da Geografia moderna no plano universitário da pesquisa e do ensino.”¹⁶

Na apresentação da 2ª edição de seu livro “Geografia do Brasil” (1923), Delgado de Carvalho busca situar-se claramente em relação aos debates teórico – metodológicos que se desenvolviam internamente à Geografia de sua época, ou seja, possibilismo versus determinismo. Ele afirma o seguinte:

“(…) Para simplificar a questão, digamos que existem duas grandes correntes em geographia humana: a corrente germânica, chamada determinista por seus adversários, e a corrente francesa, chamada por si própria de possibilista. Não que isso queria dizer que a divisão por nacionalidade seja tão marcada. Há deterministas em França, na Escola da Science Sociales, por exemplo, onde há verdadeiros predestinistas mesmo. Os americanos do norte são, em geral ratzianos, assim como alguns brasileiros que se preocupam da geografia humana.”¹⁷

¹⁴ Andrade, M. C. de Uma Geografia para o século XXI. Campinas/São Paulo, Papirus, 1994, p. 69.

¹⁵ Ferraz, C. B. O. O discurso Geográfico: A obra de Delgado de Carvalho no contexto da Geografia Brasileira – 1913 a 1942. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1994, p. 80.

¹⁶ Issler, A Geografia e os Estudos Sociais. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1973, p. 26.

¹⁷ Carvalho, Delgado de Geographia Humana – Política e Econômica. 3ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 11-12.

Assim, Delgado de Carvalho distinguia duas ordens de estudos que seriam a base da Geografia Humana, o determinismo e o possibilismo.

“Somos, assim, levados a distinguir em Geografia Humana duas ordens de estudos, segundo a esfera considerada. Há interpenetração de uma e outra. São ambas as bases da nova Geografia Humana que tende a reivindicar um papel sempre maior para o espírito do homem nos seus contactos mais íntimos com a natureza.”¹⁸

Consta em diversos manuais de Geografia que o possibilismo geográfico atribui ao homem uma participação ativa, como agente transformador do ambiente natural. Já o determinismo vê o homem enquanto um ator passivo, subordinado às injunções das condições ambientais. Assim, os fenômenos humanos eram considerados como determinados pelo seu meio físico.

Segundo Pereira, em sua dissertação de mestrado, na qual analisou alguns aspectos da produção geográfica no Brasil do século XX, especialmente a didática, e estudou rapidamente Delgado de Carvalho, afirma que esse autor assume posições claras em relação à polêmica possibilismo / determinismo, ao negar poder de determinação à natureza, dizendo que sua influência diminui com os processos da civilização e propõe como tarefa da Geografia o estudo dos gêneros de vida dos grupos nos quadros naturais.¹⁹

No trecho abaixo, escrito por Delgado de Carvalho, podemos comprovar seu posicionamento teórico metodológico:

“A orientação moderna, a meu ver, deve procurar ser mais sóbria e mais prudente. As seguintes diretrizes poderiam ser esboçadas:

1. A vida vegetal e animal rege a ação do homem mas vem apenas consolidá-la. As influências do meio físico são mais negativas do que positivas, isto é, são mais imperiosas nas suas limitações da ação humana do que na sua coação para agir neste ou aquele sentido. A natureza proíbe frequentemente, às vezes sugere, mas raramente obriga ou compele. Por isso, às influências propriamente ditas, seria talvez preferível substituir a noção de relações.

¹⁸ Carvalho, Delgado de Evolução da Geografia Humana. Boletim Geográfico, ano III, dezembro de 1945, p.1163.

2. As influencias directas da Natureza, por seu lado, tedem a restringir, no que diz respeito ao homem, à Prehistória. Com os progressos da Civilização, os seus imperativos perdem, pouco a pouco, seu character necessário. A vida vae se tornando mais artificial e o próprio grau de civilização de um grupo pode ser medido pelo grau de independência que possui este grupo em relação às forças naturaes, que o homem, em vez de temer, passa a controlar.

Por isso mesmo, o ponto de vista puramente econômico não precisa mais ter a capital importância que lhe atribuía a geographia antiga. É também preferível restringir as noções abstratas de quadros racionaes, no espaço, no tempo, e estudar antes os gêneros de vida dos grupos nos quadros naturaes. Ahi se acham, num complexo mais ou menos fácil de interpretar, mas em suma, de possível observação, todas as resultantes do meio e seus recursos, das feições hereditárias do grupo, de seu grau de cultura e das oportunidades offerecidas pelo momento histórico”.²⁰

Pereira salienta que, como grande parte dos possibilistas, Delgado de Carvalho apresenta a sua vertente determinista, mesmo porque essas duas noções são muito relativas, como lembra Delgado de Carvalho.

“Na verdade esta é uma questão de método que acabou fazendo com que a maior parte dos possibilistas não pudessem levar às últimas consequências as assim chamadas interações com o meio ambiente. Esse método assumia premissas metafísicas e ao ser aplicado na análise da realidade, conjugado com a noção de possibilidade na relação homem-meio, a determinação acaba não aparecendo como ação e reação ao mesmo tempo e assim para alguns tipos de comunidades valeria a determinação e para outros a possibilidade.”²¹

Para Delgado de Carvalho, seria possível distinguir no campo da Geografia Humana, “o que é determinado pelo meio físico e o que é condicionado por ele.”²²

“Há, sem dúvida, um determinismo do meio, um imperativo imposto pelas barreiras naturais, mas é um determinismo negativo e, diante dos progressos

¹⁹ Pereira, D. A. C. Origens e consolidação da Tradição Didática na Geografia Escolar Brasileira. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1989, p.17.

²⁰ Carvalho, Delgado de, 1938, Op. Cit., p. 15-16.

²¹ Pereira, 1989, Op. Cit., p. 19-20.

²² Carvalho, dezembro de 1945, Op. Cit., p. 1163.

científicos do homem, êste meios restritivos ou repressivos de seu ajustamento vão, pouco a pouco, cedendo – é o recuo progressivo das esferas que nunca desaparecerão diante da psicofera que, entretanto, sempre crescerá.”²³

Assim, percebemos que a influência da escola antropogeográfica alemã foi muito marcada em Delgado de Carvalho. Vários pesquisadores, tais como Zusman, ao analisarem suas obras destacaram esta influência. Zusman salienta que, em Delgado de Carvalho, a imagem de Ratzel é flexível e transigente”, combinando “reconhecimento, algumas crítica, prudência e contemporização”.²⁴

Ferraz, em sua dissertação de mestrado analisando a Geografia produzida por Delgado de Carvalho, esclarece que o autor não descartou em suas obras as discussões “deterministas” e o necessário vínculo do conhecimento geográfico para com o Estado, pois percebia a importância de instâncias como o Estado, tão valorizado pelos geógrafos alemães.²⁵ Este autor acredita que determinadas condições faziam Delgado de Carvalho adaptar suas concepções teóricas à realidade brasileira.

“As próprias características sociais, políticas, econômicas e territoriais do Brasil é que, na concepção de Delgado, não permitiria a aplicação de uma única concepção de Geografia, principalmente se esta concepção não incorporasse a necessária intervenção do estado nos processos de transformação e de intervenção direta nos rumos da sociedade.”²⁶

Delgado Carvalho acreditava que o determinismo geográfico era exageradamente atribuído a autores alemães e o possibilismo, o tipo de interpretação que prevalecia entre os franceses. Para ele, o possibilismo admite flexibilidade das conexões entre fatos geográficos: são ‘possíveis’, em contraste com os fatos impossíveis. É, segundo nosso autor, uma teoria que parece abandonar muito ao acaso e nada prever da probabilidade de realizações.²⁷

²³ Idem, p. 1163.

²⁴ Zusman, P. & Pereira, S.N. Entre a ciência e a política: um olhar sobre a Geografia de Delgado de Carvalho. Terra Brasilis, a.1, nº. 1, janeiro / junho de 2000, p. 52-82.

²⁵ Ferraz, 1994, Op. Cit., p. 80.

²⁶ Idem, p. 81.

²⁷ Carvalho, Delgado de. As Ciências Sociais e a Aprendizagem. Boletim Geográfico, ano X, nº. 107, março / abril de 1952, p. 233-234.

“Existe, pois, lugar para uma teoria intermediária, que leve em conta o conjunto de probabilidades de realização em determinado momento histórico. Isto é, as condições sociais científicas, econômicas, políticas ou militares podem em certas circunstâncias históricas, levar os grupos humanos a utilizar o meio geográfico de tal modo. Esta necessidade do momento é de Geografia Racional, em que vem condicioná-lo. As probabilidades se multiplicam com as condições: é o condicionalismo geográfico, meio termo entre determinismo e possibilismo.”²⁸

Chegaríamos assim a um meio termo entre o determinismo e o possibilismo, teríamos então o condicionalismo geográfico. Este seria para Delgado de Carvalho uma teoria intermediária: “que leva em conta o conjunto de probabilidade de realização em determinado momento histórico”.

Para Delgado de Carvalho, este embate paradigmático e classificatório da Geografia entre diferentes escolas não deveria ser o problema central desta disciplina, pois sua preocupação era com o entendimento científico dos fenômenos estudados, de forma que esta disputa entre “possibilismo” e “determinismo” seria superada.²⁹

Essa preocupação, segundo Ferraz, fazia com que o uso das bases possibilistas e deterministas fossem resgatadas por Delgado de Carvalho de forma alternada, sem que o uso de uma necessariamente eliminasse a outra. Delgado de Carvalho mesclava também em seus trabalhos o pensamento liberal em seus dois níveis considerados no processo de organização do Estado e da Sociedade: o liberalismo econômico e o político. O primeiro, segundo Ferraz, aproxima-se da leitura e aplicação do conhecimento geográfico desenvolvido majoritariamente na Alemanha, principalmente por Ratzel e seus discípulos. E o segundo, o liberalismo político, inspirou o modelo geográfico francês, que não só fazia a crítica às concepções de competição realçados pela geografia alemã, como antepunha a esta os modelos de solidariedade na relação homem/meio. Ferraz conclui que as noções de liberalismo, no caso brasileiro e de Delgado de Carvalho, não eram suficientemente claras em suas especificidades política e econômica, fazendo com que, conforme as necessidades em jogo, ocorresse uma espécie de simbiose paradigmática na Geografia brasileira.³⁰

²⁸ Carvalho, março/abril de 1952, Op. Cit. , p. 234.

²⁹ Ferraz, 1994, Op. Cit., p. 91.

³⁰ Idem, p. 86-94.

Delgado de Carvalho não estava preocupado em se classificar como um autêntico geógrafo da Escola Francesa, apesar de sua forte formação nesta concepção de Geografia. Esta preocupação nos parece maior em seus contemporâneos e naqueles que tentaram analisar o processo de institucionalização da Geografia em nosso país.

Na verdade, Delgado de Carvalho procede, à moda da época no Brasil – final do século XIX início do século XX –, a uma junção de teorias européias diversas. No Brasil, evolucionismo combina com darwinismo social, como se fosse possível falar em “evolução humana”, porém diferenciando as raças.

O ESTUDO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO.

“O estudo da Geografia moderna se está tornando cada vez mais regional”³¹, diz Delgado de Carvalho.

Em seus livros didáticos, para estudar o território brasileiro, Delgado de Carvalho utilizou a região como categoria de análise geográfica, rompendo com a Geografia Nomenclatura / Administrativa. Ele considerava o estudo das regiões naturais o que havia de mais moderno em termos de Geografia, e como ultrapassada a Geografia Nomenclatura.

Delgado salienta que: “A noção de região, de fato, apareceu logo que deixa a Geografia de ser puramente descritiva para se tornar também explicativa.”³² Ou seja, foi somente após a sistematização da Geografia e, mais precisamente, nas primeiras décadas do século XX, com base nos estudos das relações e interações dos elementos, que o conceito de região natural surgiu. Assim, a partir do determinismo e do possibilismo, a região começa a operar como categoria central do discurso geográfico.

Gostaríamos de salientar que o conceito de região natural, enquanto categoria de análise geográfica, não foi exclusividade de uma ou outra corrente de pensamento. Muitas vezes, somos levados a acreditar que este conceito é exclusividade dos possibilistas da escola francesa, mas essa metodologia de trabalho científico também esteve presente entre os deterministas da escola alemã. Delgado de Carvalho se utilizou dessa categoria para estudar o território brasileiro, mesmo sem se posicionar enquanto um geógrafo possibilista ou determinista. Por se utilizar dessa categoria de análise, muitos acabam por rotulá-lo erroneamente. Acreditam que somente os princípios da escola francesa nortearam os seus trabalhos científicos e que a elaboração de monografias só poderia acontecer sob os moldes dessa escola, o que não é verdade.

³¹ Carvalho, Delgado de. Geografia Regional do Brasil. 4ª Edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943, p. 9 – prefácio.

³² Idem, 1943, p. 11.

A Geografia Regional no Brasil, segundo Delgado de Carvalho, só passou a ter aceitação para enquadrar os estudos de “corografia” do país depois da Grande Guerra ³³. Dessa forma, nosso autor identificou dois momentos distintos na história do pensamento geográfico brasileiro: um antes da Primeira Guerra Mundial, quando os estudos geográficos, em sua grande maioria, possuíam um caráter puramente descritivo e outro posterior caracterizado pela abordagem regional nos estudos geográficos.

Em seu primeiro livro didático “Geografia do Brasil”, datado de 1913, Delgado de Carvalho apresentou uma proposta de divisão do Brasil em regiões naturais que tornou-se clássica e exerceu uma grande influência no ensino da Geografia nas primeiras décadas do século XX.

A Geografia do Brasil que, até então, era estudada por unidades políticas isoladas passou, com a publicação desse livro didático, a ser analisada a partir de uma divisão regional, isto é, as unidades políticas passaram a serem agrupadas e dentro de cada quadro regional, estudava-se tanto a Geografia Física quanto a Geografia Humana.

Essa divisão regional foi uma das primeiras a serem utilizadas em um livro didático de Geografia no Brasil e serviu de base para a primeira divisão regional do IBGE. Dessa forma, neste capítulo buscamos analisar a participação de Delgado de Carvalho no processo de estabelecimento de uma divisão regional única para o Brasil.

Gostaríamos de salientar que Delgado de Carvalho reuniu esforços no combate à Geografia Nomenclatura / Administrativa, desejando modernizar o ensino dessa disciplina nas Escolas brasileiras. Um exemplo da estrutura descritiva nos estudos geográficos, combatida por ele, é a obra do padre Aires de Casal ³⁴, “Corografia Basílica”, ³⁵ utilizada nas escolas de ensino secundário, durante o período imperial.

Devemos lembrar que, no início do século XX, coexistiam diferentes formas de abordar o estudo da Geografia do Brasil: alguns autores analisavam o território brasileiro através de sua divisão político – administrativa, enquanto outros faziam suas análises a partir de diferentes propostas de divisões regionais.

O modelo de abordagem instituído por Aires de Casal para se estudar o território brasileiro através de sua divisão político administrativa serviu de inspiração para os livros didáticos posteriormente publicados. Para Bernardo Issler, esta obra constituiu um importante trabalho tanto pelo volume de suas informações como pela influência que

³³ Ib. Idem, 1943, p. 22.

³⁴ Este autor foi um dos primeiros estudiosos a realizar um trabalho de cunho geográfico para o Brasil e, por isso, ele é considerado por inúmeros estudiosos “o pai da Geografia brasileira”.

exerceu nas idéias e na bibliografia geográfica brasileira por quase um século.³⁶ Os trabalhos que se inspiraram neste autor eram denominados por Geografia Administrativa.

Encontramos nos manuais didáticos de Geografia sob esta concepção uma repetição seca do mapa. As listas mnemotécnicas eram consideradas inúteis, pois as informações ali contidas seriam facilmente encontradas em um Atlas. Nesses manuais havia muita nomenclatura, poucas descrições e nenhuma explicação. Os seus autores eram criticados por não terem bases para oferecer um quadro descritivo – explicativo, se limitando as enumerações. O excesso de memorização tornou este ramo científico pouco popular entre os alunos do ensino médio.

Enquanto, diz Delgado de Carvalho, “este ramo científico se limitou a expor empiricamente os fatos, só poderia enriquecer a geografia por meio dos próprios fatos.”³⁷ Assim, o objetivo da Geografia era localizar os fenômenos e os fatos, deixando o estudo dos fatos e fenômenos a outros ramos científicos.

Na Geografia Moderna,³⁸ segundo Delgado de Carvalho, o manual “é feito para coordenar fatos, explicá-los, dizer exatamente o que o mapa não pode dizer. Daí resulta a inutilidade das listas mnemotécnicas, das paráfrases sem interesse do que pode mais facilmente ser lido no mapa. A Geografia Moderna dá mais valor ao livro e mais valor ao mapa tornando um a explicação do outro e não a sua mera reprodução sob outra forma.”³⁹ Em resumo, nesses manuais o quadro geográfico é montado através de uma descrição em que as feições principais são o objeto de explicações, servidas por um mínimo de nomenclatura. Assim, para o nosso autor, uma descrição geográfica deveria “refletir como que uma experiência vivida de viagem e trazer explicações suas dos fatos capitais”.⁴⁰

“ (...) A Geographia moderna é um ramo científico cheio de vida e de movimento e ao mestre pertence não deixar o aluno embrenhar-se na floresta monótona dos nomes inventados pelo homem, não pelo que representam estes

³⁵ Este seu livro possui dois tomos e foi publicado, sob patrocínio oficial, pela Imprensa Régia, em 1817.

³⁶ Issler, 1973, Op. Cit., p. 14-15.

³⁷ Carvalho, Delgado de, 1925, Op. Cit., p. 66.

³⁸ Os geógrafos do final do século XIX e início do século XX qualificavam de Moderna a Geografia que praticavam buscando salientar a diferença desta com a anterior a Ritter e Humboldt. Moderna porque se apropriou dos recursos das ciências de sua época. Essa Geografia que se chamou Moderna é hoje denominada Clássica ou Tradicional.

³⁹ Ib. Idem, p. 66.

nomes, mas apenas pelo esforço de imaginação que revelam, ignorando assim a verdadeira geographia, tão variada, tão interessante e tão cativante”.⁴¹

Utilizando-se dos argumentos acima citados, Delgado de Carvalho empreendeu uma campanha em favor da renovação do ensino dessa disciplina em nível secundário. A Geografia deixou as listas de nomes de lado para passar a explicar os fenômenos.

A Geografia, que, até então, era basicamente uma disciplina voltada para a descrição e a nomenclatura, toma um rumo mais analítico, pois passou a estabelecer relações entre os fenômenos, introduziu novos temas e adequou-se às mudanças pelas quais o país estava passando.

Os autores, que criticavam os livros publicados com esta concepção de Geografia, incluindo aqui Delgado de Carvalho, acreditavam que através da análise do território brasileiro a partir de sua divisão político - administrativa não se teria uma idéia de conjunto de um grande país como o Brasil, pois todos os dados eram distribuídos entre suas unidades administrativas. Acreditavam que só se poderia ter uma rápida compreensão das realidades brasileiras, se esses dados fossem agrupados em regiões pouco numerosas. Assim, a solução apresentada seria a divisão regional que permite uma visão sintética das realidades de um dado território.

Entre os estudiosos que procuraram fazer estudos da Geografia do Brasil por meio de uma divisão regional de critérios bem esclarecidos, podemos citar: André Rebouças⁴² (1889), Elisée Reclus⁴³ (1893) e Said Ali (1905). Estes autores foram os primeiros a propor divisões regionais para o território brasileiro e agruparam as unidades administrativas de modo inteiramente diverso um do outro. Mas o ensino de nossa Geografia continuou ainda por muito tempo a ser feito por unidades políticas isoladas.

⁴⁰ Carvalho, Delgado de. A exposição geográfica. Boletim Geográfico, ano II, nº. 19, outubro de 1944, p. 983.

⁴¹ Carvalho, Delgado de. Geografia do Brasil. Rio de Janeiro, Empresa Gráfico Editora, 1923, p. VIII-IX – nota preliminar .

⁴² A divisão regional do território brasileiro proposta pelo engenheiro André Rebouças, em 1889, foi apresentada numa publicação destinada à Exposição de Paris. Não se trata propriamente de uma divisão em “regiões naturais”, mas de uma divisão prática, em que os Estados são considerados por inteiro.

⁴³ O volume dedicado ao Brasil de sua mais importante obra, Nouvelle Geographie Universelle, foi traduzido e publicado em edição de luxo pela livreria Garnier, sob o título Estados Unidos do Brasil – Geographia, ethnographia, estatística. Nele encontramos a visão de Reclus sobre o nosso país e sua proposta de divisão regional para o território brasileiro que utilizou como critério as bacias hidrográficas brasileiras.

A proposta de divisão regional para o Brasil de Delgado de Carvalho obteve, nas primeiras décadas do século XX, grande repercussão. Dez anos após o seu aparecimento, provocou mudanças nos programas de ensino secundário do Colégio Pedro II, elaboradas pelos professores Raja Gabaglia e Honório Silvestre e, em 1941, essa proposta foi adotada pelo IBGE como única.

A divisão regional do Brasil apresentada por Delgado de Carvalho não foi a primeira a ser utilizada em um manual de Geografia destinado aos alunos do ensino secundário. Esta foi de autoria de Said Ali.⁴⁴

No livro “Compendio de Geografia Elementar”, publicado em 1905, Said Ali critica a divisão do Brasil em estados banhados e não banhados pelo mar e propõe uma divisão dos estados brasileiros em zonas geográficas, relacionando as afinidades econômicas dos estados e as condições geográficas. Eis a proposta de divisão apresentada pelo autor:

“Divisão. - A Republica dos Estados Unidos do Brasil consta de 20 Estados e um Districto Federal. Uns se acham separados do oceano, outros possuem littoral mais ou menos extenso; isto tem dado lugar a distinguirem-se Estados Centraes e marítimos. É muito artificial semelhante divisão, porque não se reúnem na mesma zona geographica, por exemplo, Pará e Rio Grande do Sul, nem Minas e Amazonas em outra.

Se attendermos ás affinidades econômicas dos Estados entre si e com ellas conciliarmos, tanto quanto possível, as condições geographicas, teremos a seguinte divisão racional:

A.- Brasil Central ou Ocidental comprehendendo as cabeceiras dos tributarios amazônicos (e Tocantins- Araguaya): Mato Grosso e Goyaz.

B. – Brasil Septentrional, ou Estados da Amazônia: Amazonas e Pará.

C. – Brasil de Nordeste. Zona a leste das duas precedentes limitada ao sul pelo rio S. Francisco (trecho inferior), e caracterizada pela falta de rios navegáveis, seccas mais ou menos periódicas e pela produção de algodão, assucar e gado

⁴⁴ Manuel Said Ali Ida, nascido em 1861 e falecido em 1953, destacou-se como pesquisador da língua portuguesa, professor de alemão, francês e inglês e de Geografia. Possui uma vasta produção acadêmica na área de línguas (portuguesa, principalmente), que iniciou, provavelmente, em 1887. O “Compendio de Geografia Elementar”, datado de 1905, durante a reforma Epiácio Pessoa, foi o único livro que publicou em Geografia. Nessa época, a maioria da população era analfabeta e o acesso a Educação era restrito a uma elite econômica e cultural.

no interior. Compreende: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

D. – Brasil Oriental. Região dos Estados produtores de café e fumo (alem de assucar) e situada a leste da linha que assignala a fronteira de Goyaz (divisor d'água entre o Tocantins e a bacia do S. Francisco), e cujo prolongamento ao sul é o rio Paraná até a sua confluência com o Paranapanema. Compreende os Estados: Sergipe, Bahia, Espírito-Santo, Minas Geraes, Rio de Janeiro e S. Paulo.

E. – Brasil Meridional ou região productora de mate, araucárias e cereais: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.”⁴⁵

Said Ali, ao criticar a divisão dos estados banhados e não banhados pelo mar, estava, na verdade, criticando a oposição entre o litoral (civilizado) e o sertão (bárbaro) que não satisfaziam às diferenças regionais apresentadas pelo nosso país. Ele acreditava que essas diferenças eram mais diversificadas, não se restringindo à oposição litoral / sertão.

A divisão de Said Ali foi elaborada atendendo às afinidades econômicas dos Estados entre si e com elas conciliando, tanto quanto possível, as condições geográficas. O critério adotado por este autor em sua proposta de divisão regional leva em consideração “as influencias recíprocas entre as regiões e os homens que as habitam”. A inclusão de São Paulo e Minas Gerais na mesma região pode ser explicada pela importância dada às afinidades econômicas e não às condições geográficas.

Com essa proposta teórico-metodológica para o estudo do território brasileiro a partir de cinco zonas geográficas (regiões), definida através de critérios racionais, Said Ali estava tentando construir uma análise do Brasil enquanto um todo, contrapondo-se ao estudo dos estados-membros. Para Vlach, esta iniciativa representa “um marco inicial de discussões de ordem teórico-metodológica, buscando inaugurar a geografia “científica” no Brasil”.⁴⁶

Nesta proposta de divisão do território brasileiro, a nomenclatura adotada para cada uma das regiões revela que havia uma preocupação em fortalecer a imagem do Brasil como um Estado – nação, ou melhor, uma República federativa, uma vez que a

⁴⁵ Ali, M. Said. Compendio de Geographia Elementar. Rio de Janeiro/São Paulo, Laemmert & C., 1905, p. 136.

República havia sido proclamada há poucos anos, em 15 de novembro de 1889, acabando por introduzir esse regime político. Essa proposta de divisão regional, sua representação cartográfica e sua nomenclatura contribuíram para defender a idéia de nação entre a elite brasileira que consumia este livro nas aulas de Geografia do secundário.

Indo ao encontro dessa proposta, temos a discussão teórico-metodológica proposta por Delgado de Carvalho. Ao propor fazer uma análise do Brasil através das regiões geográficas, retoma a divisão de Said Ali. A partir dessa proposta, nosso autor efetuou pequenas alterações e apresentou-a em seu primeiro livro didático, publicado em 1913.

Na sua proposta de divisão regional do Brasil, Delgado de Carvalho introduziu, em nosso país, o conceito de região natural⁴⁷. Ele passou a analisar o Brasil a partir de uma visão de conjunto. Sobre esse assunto Delgado de Carvalho diz o seguinte:

“Eis por conseguinte a pergunta: quaes são as grandes regiões de nosso paíz? Na sua Geographia Universal, Elisée Reclus, baseado sobre excellentes documentos, ofereceu-nos uma divisão lógica muito acceitavel. Hoje, porém, geographos brasileiros têm uma tendência a adoptar divisões didacticamente mais commodas. Por isso preferimos adoptar francamente a divisão do Sr, M. Said-Ali (Brasil Septentrional, Brasil do Nordeste, Brasil Oriental, Brasil Meridional e Brasil Central). Não somente acceitamos esta divisão sob o ponto de vista racional, como digna de ser citada, mas passamos a adoptal-a totalmente, para amoldar sobre ella o estudo geographico, até hoje exclusivamente baseado sobre a divisão administrativa do paiz. Acreditamos que essas grandes divisões topographicas, apesar de nada terem de absoluto e de preciso, são mais adequadas do que quaesquer outras a salientar as profundas differenças physicas, climatericas e sociais que caracterizam a vida e as condições especiaes das differentes regiões de nossa terra”.⁴⁸

A principal mudança da proposta de Said Ali para a de Delgado de Carvalho foi a incorporação do Estado de São Paulo à região Brasil Meridional. Eis a proposta desse autor:

- Brasil Setentrional – Acre, Amazonas e Pará.

⁴⁶ Vlach, 1988, Op. Cit., p. 161.

⁴⁷ Compreende-se por região natural uma determinada área geográfica que passa a ser caracterizada segundo um ou mais aspectos naturais, como o clima, relevo ou a vegetação.

- Brasil Norte-Oriental – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas,
- Brasil Oriental – Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas Gerais.
- Brasil Meridional – São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- Brasil Central – Goiás e Mato Grosso.

As regiões naturais propostas por Delgado de Carvalho não coincidem rigorosamente com esse agrupamento de unidades políticas, pois estas resultam de uma “evolução” histórica e excepcionalmente com os limites naturais.

Contudo, o nosso autor conservou as unidades políticas por inteiro, pois esta era destinada para fins didáticos. Somente uma divisão para fins científicos poderia conservar rigorosamente as regiões naturais. Assim, Delgado de Carvalho formou agrupamentos de unidades políticas que se aproximassem o mais possível das regiões naturais cientificamente consideradas.

Nesta proposta, Delgado de Carvalho utilizou critérios físicos para dividir o Brasil em cinco regiões, isto é, levou em consideração o relevo, o clima, a vegetação etc. Ele esclarece que estas unidades geográficas são unidades naturais,

“isto é, não creadas pelo homem, pelas tradições históricas ou pela conveniência política, mas dicdadas pelos meios em que vive o homem. (...) São, pois ‘meios geographicos’ diversos, que a simples nomenclatura não permite distinguir: numa região como na outra ha rios, há vegetação, há cidades, etc., mas os nomes próprios não salientam, por isso, nem os contrastes nem as analogias possíveis.”⁴⁹

Estes “meios geographicos” nomeados de regiões naturais eram, para Delgado de Carvalho, “a base da divisão geográfica racional que permite estudar os grupos humanos, compreendendo as razões primordiaes de suas características locais.”⁵⁰

Assim, uma região natural resultaria de um conjunto de grande número de feições:

“Cada região natural é, pois, caracterizada por suas **feições topographicas** dominantes (planícies, montanha, planalto, costas, etc.), por suas **condições**

⁴⁸ Carvalho, Delgado de. 1925, Op. Cit., p. 84-85.

⁴⁹ Carvalho, Delgado de. Geografia do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1930, p.242.

⁵⁰ Idem, p.242.

climatológicas (humidade, aridez, calor, etc.), por **seus recursos** (agricultura tropical, agricultura extra-tropical, minas, mattas, campos, etc.), por suas **condições de vida e de trabalho**. Cada região fórma um typo social humano, amoldado a suas exigências naturaes”.⁵¹

As regiões eram definidas tendo como base as características físicas, ou seja, as diferenças fisiográficas foram a base, até mesmo, para a formação das distintas regiões geográficas humanas.

Delgado de Carvalho define a região natural como sendo:

“uma subdivisão mais ou menos precisa e permanente que a observação e a investigação permitem crear numa área geographica estudada, no intuito de salientar a importância respectiva das diferentes influencias physographicas, respeitando o mais possível o jogo natural das forças em presença e collocando a synthese assim esboçada sob o ponto de vista espacial do facto humano nella representado”.⁵²

O conceito de região está associado ao trabalho do geógrafo. A delimitação de uma região natural era o resultado de observações e pesquisas que justificavam sua individualidade geográfica.

“A região natural (...) representa uma situação resultante de interações diversas que o homem pode observar e explicar depois de ter previamente isolado os maquinismos ou processos: clima, flora, solo, etc.”⁵³

Cabia, então, aos geógrafos, descobrir e seleccionar fatos relacionados aos lugares, às áreas. Tais fatos ligavam-se, principalmente, a aspectos físicos, culturais, econômicos, populacionais, entre outros. Pela análise desses aspectos buscar-se-ia a formação das regiões.

“Dividir para melhor estudar” era a recomendação dada pelo nosso autor:

“Um dos meios aconselhados para vencer uma dificuldade é de subdividi-la, para tratar por partes os elementos assim decompostos. Ora, em Geografia, é

⁵¹ Ib.Idem, p.242.

⁵² Carvalho, Delgado de, 1925 Op. Cit., p. 82.

exatamente o que se dá: uma grande extensão territorial tem de ser subdividida para ser estudada com algum detalhe e proveito.”⁵⁴

Em Geografia, havia o interesse em situar os Estados em quadros naturais. Em um estudo especializado, como, por exemplo, sobre as províncias florísticas e regiões zoológicas Brasileiras⁵⁵, o quadro político poderia ser afastado, sem inconvenientes, diz Delgado de Carvalho. Mas, se a questão versa sobre Geografia, seria recomendável que coincidissem as regiões naturais com as unidades político-administrativas.

“(…) é recomendável que não seja ignorada a divisão política, pois o quadro geográfico não é, em regra, finalidade em si, mas apenas o cenário em que se desenrola a vida social”.⁵⁶

Porém ele assinala que os Estados estavam desigualmente distribuídos entre as grandes regiões do nosso país, existindo vários casos em que um Estado (ou parte dele) poderia ser incluído em região natural diferente.

“Alagoas e Sergipe poderiam entrar na mesma região. Maranhão poderia ser amazônico em vez de nordestino, o Triângulo Mineiro e o sul do Matto Grosso são platinos e pertencem ao Brasil Meridional; o norte da Bahia pertence ao nordeste semi-árido, etc., etc.”⁵⁷

De fato, Delgado de Carvalho esclarece que “as divisões de países em regiões naturais são sempre imprecisas porque são **quadros complexos** formado por **quadros simples superpostos** que não podem sempre coincidir (quadro térmico, quadro topográfico, quadro botânico, quadro pluviométrico, quadro econômico, quadro humano).”⁵⁸ Obedecendo tanto quanto possível ao quadro natural complexo, e sem desmembrar o quadro político, dividiam-se os países em regiões naturais, formando grandes blocos territoriais. Cada um desses blocos formava um grande todo caracterizado por uma certa unidade geral, tendo em vista a situação geográfica, a geologia, o relevo, o clima e a vegetação, em torno dos quais se

⁵³ Carvalho, Delgado de, 1943, Op. Cit., p. 16.

⁵⁴ Idem, p. 12.

⁵⁵ No primeiro caso, se a questão é a distribuição geográfica de uma determinada planta e no segundo, se a questão é a distribuição de uma espécie de cobra.

⁵⁶ Carvalho, Delgado de, 1943, Op. Cit., p. 13.

⁵⁷ Carvalho, Delgado de, 1930, Op. Cit., p. 243 – nota de rodapé.

⁵⁸ Carvalho, Delgado de, 1943, Op. Cit., p. 25.

agrupavam todos os outros.⁵⁹ Assim, facilmente caracterizava-se e distinguia-se uns dos outros.

Para Guimarães, a vegetação assumia, em geral, grande importância na caracterização regional, como uma síntese dos outros fatores. Salienta ainda que os fatos humanos serviriam como elemento de caracterização das regiões naturais desde que se considerassem apenas aqueles que resultem do determinismo geográfico.⁶⁰

Cada um desses grandes blocos territoriais, também denominados “Grandes Regiões Naturais”,

“compreende forçosamente partes que se distinguem uma das outras, as ‘Regiões’ propriamente ditas, e estas por sua vez, ainda podem comportar subdivisões. Tais partes são complementares, fortemente ligadas entre si, fato este que repercute nitidamente nas modalidades de vida dos seus habitantes”.⁶¹

Nas cinco grandes regiões naturais, diz Delgado de Carvalho, podem ser encontradas subdivisões ou sub-regiões naturais. A região natural complexa que representa o “Brasil Septentrional”, por exemplo, compreendia, segundo Delgado de Carvalho, a um certo número de regiões naturais menores ou sub-regiões:

- “1- A **região boreal serrana** é formada da parte sul do planalto das Guianas.
(...)
- 2- A **região central** ou depressão amazônica propriamente dita (...)
- 3- A **região das grandes mattas ocidentais**, ou Acre.(...)”⁶²

A vantagem de ser adotada uma divisão regional fixa estava, segundo Delgado de Carvalho, em sua utilidade prática:

“(...) todos os dados estatísticos, as pesquisas e os cálculos relativos a toda as repartições públicas de um país, só são comparáveis entre si, só adquirem significação imediata quando efetuados sobre a mesma subdivisão regional.”⁶³

⁵⁹ Guimarães, Fábio. Divisão Regional do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, ano III, nº. 2, abril – junho de 1941, p. 348.

⁶⁰ Idem, Op. Cit., p 348.

⁶¹ Carvalho, Delgado de, 1943, Op. Cit., p. 25.

⁶² Carvalho, Delgado de, 1930, Op. Cit., p. 243-248.

A diversidade de regiões podia acarretar grandes confusões. Cada estudioso da situação brasileira podia agrupar os dados estatísticos da maneira que lhe parecesse melhor, como também cada setor da administração federal adotava uma divisão regional diferente. O problema é que não havia uma divisão que fosse considerada única, isto é, que fosse adotada por todos os setores administrativos.

A multiplicidade de divisões regionais tornava impossível a interpretação e a comparação de dados estatísticos. Estes eram agrupados pelos estudiosos de modo diverso e apresentados apenas globalmente, isto é, por regiões. Seria correto que os dados fossem apresentados pelas unidades políticas, sendo sempre possível ao estudioso reagrupá-lo num sistema uniforme para obter as sínteses regionais. A ausência de uma divisão regional única para fins estatísticos e que permanecesse estável por um largo período impossibilitava também comparações da situação brasileira em diferentes épocas.

Outro fato a ser salientado é que as regiões naturais não coincidem perfeitamente com as unidades políticas. A importância da coincidência entre os limites das regiões e as divisas das unidades políticas é perfeitamente explicável pelo estabelecimento de uma divisão regional que tinha uma finalidade administrativa, estatística ou mesmo didática. Acreditava-se que a divisão mais adequada era a que mais se assemelhava com as “regiões naturais”.

Muitas dessas recomendações e a maneira de encaminhar os conteúdos dos livros didáticos de Delgado de Carvalho tornaram-se modelo para os autores de livros de Geografia posteriores.

Na época da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ⁶⁴, existiam nove diferentes propostas de divisão regional do Brasil. Assim, havia um problema prático a ser resolvido, o estabelecimento de uma divisão regional única.

A necessidade de sistematizar os estudos relativos ao Brasil levou à adoção de uma única divisão, para todas as outras necessidades administrativas como também para enquadrar os estudos geográficos. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) incumbiu-se de procurar, entre as propostas de divisões, a mais adequada.

As propostas regionais se diferenciavam umas das outras quer pelo critério adotado no momento da divisão, quer pelo número de regiões propostas, quer pelo

⁶³ Carvalho, Delgado de, 1943, Op. Cit., p. 13.

⁶⁴ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, foi criado em 1937. Naquela época, coube a este instituto reeditar a Carta Geral do Brasil e dar apoio cartográfico ao Censo de 1940.

limite das regiões. Assim, a parte mais conhecida do Brasil, a oriental, possuía a maior variedade de regiões consideradas nas diferentes propostas de divisão.

As nove principais divisões regionais adotadas eram as seguintes:

- a divisão do Brasil em zonas agrícolas de autoria de André Rebouças e publicada em 1889;
- a divisão de Elisée Reclus de 1893, com ênfase nas relações entre as bacias fluviais e regiões naturais;
- a divisão de M. Said Ali, de 1905, utilizada por Delgado de Carvalho em 1913, a primeira a ser utilizada em um livro didático de Geografia do Brasil;
- a divisão de Pierri Denis de 1927, semelhante à adotada por Delgado de Carvalho;
- a divisão de Betim Paes Leme, de 1937, caracterizada pelas estruturas geológicas predominantes;
- a divisão de Moacir Silva de 1939, preocupado em destacar o Maranhão e Piauí como zonas de transição;
- a divisão adotada até então pelo IBGE com base no critério da posição geográficas das unidades da federação;
- a divisão regional segundo o Conselho técnico de economia e finanças de 1939, baseada predominantemente em zonas geo-econômicas; entre outras.

Pode-se dizer que a existência dessa variedade de propostas deve ser interpretada pela ausência, até os anos 30, de um Estado Nacional realmente integrado e da conseqüente importância da vida local e regional, que caracterizava o Brasil no início do século XX.

Delgado de Carvalho, como muitos intelectuais do fim do século XIX e início do século XX, considerava fundamental a construção e o fortalecimento de um sentimento que, segundo eles, o povo brasileiro não dispunha – o sentimento nacional. Na ausência de grandes homens, a inspiração estava centrada na natureza, a qual era base de nosso orgulho.

A educação seria o elemento essencial e imprescindível para o nascimento e difusão desse sentimento patriótico. Nesse momento, a Escola brasileira não permitia a distribuição da mesma educação para todos os cidadãos. Enquanto a escola permanecesse isolada na esfera da instrução primária, não teria a mínima influência no desenvolvimento do sentimento nacional.

Não havia museus, monumentos e festas nacionais. A população brasileira, composta por um alto índice de iletrados, não encontrava nada que falasse de pátria,

nem mesmo a educação nacional. Nos manuais didáticos, como nas salas de aula, a pátria brasileira era tratada da mesma forma como eram tratadas as outras terras, sem individualidade ou afetividade. O amor da pátria alenta-se pelo conhecimento de seu território, do seu passado e do seu presente e a fé no seu futuro. Assim, Delgado de Carvalho defendia a necessidade de modernização do ensino da Geografia, uma vez que era fundamental para o conhecimento da Geografia brasileira. Nas aulas de Geografia, segundo a concepção dele, o Brasil deveria se transformar na base e no ponto de partida para os estudos de temas geográficos.

Delgado de Carvalho acreditava que a identificação do indivíduo com o seu território aconteceria através do conhecimento científico do mesmo. Assim, esta missão ficaria a cargo dos estudos modernos de Geografia, dando a este ramo científico uma expressão política clara, principalmente, em sua instância escolar: divulgar e edificar o sentimento de nacionalismo no interior da sociedade brasileira.

Assim, para Delgado de Carvalho, o estudo da Geografia Regional do Brasil despertaria nos estudantes secundaristas o sentimento de pertencimento a uma nação.

“(…) é a geografia regional, viva e integrada, com propósitos e ideais, que revela a bela unidade da Nação. Feliz o mestre brasileiro, que sabe cativar a atenção, o interesse e a simpatia do seu jovem auditório com assuntos brasileiros. E não será com frases retumbantes, com retóricas e elogios ditirâmicos que chegará a êste resultado; apenas com a descrição sincera de nosso Brasil com explicações simples, com o espetáculo de sua vida e o enunciar de suas legítimas aspirações. Mais do que em qualquer parte do programa, será na geografia regional do Brasil que o mestre encontrará as situações mais sugestivas para a imaginação dos jovens e mais empolgante para o seu coração. É um grande serviço de patriotismo e de fé que o Brasil espera de seus professores de Geografia: é tão belo e tão nobre o que Êle espera de nós.⁶⁵

Os alunos ao estudarem o lugar onde vivem constroem laços de afetividade, contribuindo com a criação de um sentimento de pertencimento que une os seres humanos ao território. Delgado de Carvalho não ignorou este papel ideológico da Geografia e defendeu a idéia de que a Geografia pátria deveria servir de base e de ponto de partida ao estudo de temas geográficos.

⁶⁵ Carvalho, Delgado de, 1943, Op. Cit., p. 10 – prefácio.

No livro “Metodologia do Ensino Geográfico”, de 1925, Delgado de Carvalho destaca a importância da História e da Geografia como disciplinas que colaboram para disseminar a idéia de nação entre os estudantes. O conhecimento geográfico e histórico do país é a base de todo o nacionalismo:

“A historia e a geographia são disciplinas de nacionalização por excellencia e exigem do mestre, ao lado das qualidades de pedagogo, as de apostolo.”⁶⁶

Delgado de Carvalho acredita que a Geografia representa “um dos esteios da nacionalidade”⁶⁷. Defendeu a idéia de que a Geografia pátria deveria servir de base e de ponto de partida ao estudo de temas geográficos. Ele acreditava que os assuntos que não tinham aplicações no Brasil deveriam ser abordados mais rapidamente, tais como geleiras e vulcões. E outros, como a climatologia tropical, deveriam ser mais detalhados.

O território brasileiro era a unidade que servia de medida e de ponto de referência. Conhecido o território brasileiro, os demais países deveriam ser objetos apenas de comparações.

“Em todo e qualquer assumpto de geographia, o meio em que vive o alumno deve ser escolhido como assumpto principal de estudo e as noções sobre outras regiões devem ser accrescentadas como informações supplementares e comparativas”.⁶⁸

O conhecimento da Geografia do Brasil deveria na visão de Delgado de Carvalho, ser fácil e cativante ao aluno:

“O ensino da geographia pátria é entretanto um dever de intelligencia e patriotismo. Aos nossos jovens patrícios não devemos apresentar a geographia do Brasil como uma disciplina austera e ingrata ao estudo. Por meios de bons mappas, de graphicos, de perfis, de diagrammas, de photographias, si for possível, é preciso tornal-a facil e captivante. É pelo conhecimento do paiz, pela

⁶⁶ Carvalho, Delgado de, 1925, Op. Cit., p. 41-42

⁶⁷ Idem, p. 40.

⁶⁸ Carvalho, Delgado de, 1925, Op. Cit., p. 6.

consciência de suas forças vivas que podemos chegar a apreciar-o no seu justo valor.”⁶⁹

Os mapas do território brasileiro que os professores de Geografia mandam traçar em suas aulas mostram suas representações geográficas e suas relações espaciais. Simbolizam o nosso país de uma maneira mais eficaz que outros símbolos já que só conhecemos os outros países pelos seus contornos nos mapas.⁷⁰

Defendeu o método de ensino por meio de círculos concêntricos pelo qual deve se “passar sempre do conhecido ao desconhecido”, ou seja, um método que consiste na passagem do que é familiar ao menos conhecido, e daí ao que é desconhecido.

“Em geographia, o novo systema poupa o esforço de intelligencia e de imaginação que, logo ao iniciar o estudo, era imposto á creança para a compreensão do globo terrestre e das noções de cosmographia, mesmo primarias. Ao envez, procura-se agora entre todos os objectos familiares circumjacentes os elementos formadores da geographia.”⁷¹

A partir do conceito de região natural introduzido no Brasil pelo professor Delgado de Carvalho, Fábio Guimarães (chefe da seção de Estudos Geográficos do Conselho Nacional de Geografia – IBGE) propôs uma divisão regional do Brasil, em 1941.⁷² Esta divisão regional ainda é, praticamente, o que fundamenta a base de organização dos dados censitários do país.

Depois de analisar as divisões regionais existentes, Guimarães concluiu que a divisão prática ideal, isto é, a que se aproximava o mais possível da divisão em “regiões naturais”⁷³, foi aquela apresentada por Delgado de Carvalho, em 1913, e que era adotada inclusive nos programas de ensino secundário de Geografia, desde 1923. Esta divisão em cinco grandes regiões naturais (Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-oeste),

⁶⁹ Idem, 1925, p. 87-88.

⁷⁰ Lacoste, Yves. Liquidar a Geografia... Liquidar a idéia nacional? in: Vesentini, J. W. (org.) Geografia e Ensino: textos críticos. Campinas/São Paulo, Papirus, 1989, p. 54.

⁷¹ Carvalho, Delgado de. 1925, Op. Cit., p. 48.

⁷² Fábio de M. S. Guimarães apresentou o seu parecer que foi aprovado pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, em julho de 1941.

⁷³ Guimarães enfatiza, por um lado, que as regiões naturais constituem a melhor base para uma divisão regional prática sobretudo para fins estatísticos. Por outro lado, as regiões humanas, particularmente as econômicas, pela sua instabilidade, não fornecem base conveniente para comparação dos dados em diferentes épocas; constituem, porém, uma boa divisão para estudo de um país em um determinado período.

foi subdividida em “zonas fisiográficas”, caracterizadas por elementos de ordem humana; fundamentalmente estabelecidas através da divisão regional do Conselho Técnico de Economia e Finanças.

O período anterior ao estabelecimento de uma divisão regional única caracterizou-se pelos desperdícios de esforços da parte de todos os estudiosos que procuravam cooperar no melhor conhecimento do território brasileiro.

Ao estudarmos o processo que estabeleceu uma divisão regional única para o Brasil, identificamos três momentos diferentes no estudo da Geografia do território Brasileiro. Um primeiro momento que vai até o final do século XIX e no qual o estudo da Geografia do Brasil era abordado através de sua divisão político-administrativa. Um segundo momento em que coexistiam nove diferentes propostas de divisão regional para o Brasil e permaneciam conjuntamente estudos da Geografia Administrativa e Regional. E, por último, um terceiro momento, após a criação do IBGE, no qual é adotada uma divisão regional única e a Geografia do Brasil é analisada através dessa divisão.

Acreditamos que é a partir da utilização da região enquanto categoria de análise que são elaboradas as representações de Brasil e dos brasileiros por Delgado de Carvalho.

REPRESENTAÇÕES DE BRASIL E DO BRASILEIRO.

“O Brasil é um país grande que está se tornando um grande país e necessita de elites jovens para compreendê-lo, para servi-lo e amá-lo”.⁷⁴

O reconhecimento da vastidão do país e seu conhecimento bastante restrito foram as motivações de Delgado de Carvalho na elaboração de suas pesquisas, dedicando-se a estudar a realidade brasileira do início do século XX. Percebia o Brasil enquanto um país que apresentava graves problemas sociais e econômicos, acabando por conceber um projeto para o nosso país.

Havia, entre os intelectuais da época, uma certeza de que através da ciência seria possível controlar tudo – a produção, a guerra, a natureza, os homens, a doença e a criminalidade – até mesmo projetar um futuro que prometia um destino civilizado ao país.

Sendo o Brasil do início do século XX um país de analfabetos, onde cerca de 80% da população não sabia ler nem escrever, os únicos capazes de consumir idéias impressas eram as elites. Logo, o intelectual que almejasse a consolidação de suas propostas deveria divulgá-las entre a elite brasileira.

A estratégia escolhida por Delgado de Carvalho para transformar a realidade brasileira do início do século XX foi sensibilizar as elites divulgando as suas idéias e as propostas esboçadas pelo grupo de intelectuais com que ele se congregava através, principalmente, dos seus livros didáticos de Geografia. Nesse projeto de Brasil, o ensino de Geografia teria o papel de propiciar a formação de uma mentalidade científica e de conhecimento do território brasileiro, concretizando o seu projeto de nação.

A abordagem da representação enquanto estratégia para compreender e entender a sociedade de uma dada época parece-nos um bom caminho para apreendermos o olhar do nosso autor sobre o Brasil e os brasileiros, daí referenciarmos em Chartier a nossa leitura de Delgado de Carvalho. Assim sendo,

⁷⁴ Carvalho, Delgado de. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército e Distribuidora Record Editores, 1971, p. 126.

“A problemática do ‘mundo como representação’ moldado através de uma série de discursos que o apreendem e que o estruturam, conduz a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos que dão a ver e a pensar o real.”⁷⁵

Delgado de Carvalho produziu representações necessárias à identificação do real que eram reflexo das necessidades em jogo, por uma determinada perspectiva política e histórica. Assim, entendemos representações enquanto estratégias. As representações elaboradas pelo nosso autor e apresentadas em seus livros didáticos são fruto de diversos interesses, pois “embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam.”⁷⁶

Para Chartier, as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Salienta ainda que a história cultural, ao trabalhar com as representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros, faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um “ser-apreendido” constitutivo da sua identidade.⁷⁷

Em 1913, Delgado de Carvalho publicou seu primeiro livro didático de Geografia, tentando deslumbrar a realidade brasileira. A partir da leitura de seus livros, podemos conhecer as representações de Brasil e dos brasileiros formuladas por ele. Este capítulo tem por objetivo identificar tais representações.

A nossa leitura identificou algumas "insistências" em seus trabalhos que se destacam por evidenciar a marca que buscava dar por meio da Geografia ao Brasil. Esses olhares destacavam:

- o atraso tecnológico dos processos produtivos, de comunicações e circulação de riquezas em nosso país;
- a dicotomia entre litoral e interior, como algo que deveria ser eliminado;
- questões de geopolítica, como a localização da capital do país
- e uma representação mestiça da população brasileira, como algo a ser superado através da miscigenação.

⁷⁵ Chartier, Roger . História Cultural – Entre práticas e representações. Rio de Janeiro, Difel Editora, 1990, p. 23 e 24.

⁷⁶ Ib., Idem, p. 17.

⁷⁷ Ib., Idem, p. 17-23.

Avanços técnicos

Vivenciando as descobertas científicas fruto da Segunda Revolução Industrial, Delgado de Carvalho pôde observar a aplicação destas aos processos produtivos. Acreditamos que ele desejava que os novos processos de produção ora desenvolvidos fizessem parte de nosso cotidiano. Percebia o atraso tecnológico dos processos produtivos, de comunicações e circulação de riquezas em nosso país. Era entusiasmado com os avanços científicos incorporados ao processo produtivo; acreditava nos progressos proporcionados por eles, destacando e recomendando esses avanços, por exemplo, ocorridos na agricultura em outros países.

“A apanha de algodão, effectuada mecanicamente nos Estados Unidos, é importante e delicada, deve ser realizada em dias de sol; os capulhos das diferentes colheitas devem ser mantidos separados, porque as qualidades colhidas são diferentes. Nossos industriaes se queixam de que não é bastante caprichada a colheita do algodão nacional.”⁷⁸

Considerava atrasados os métodos praticados na agricultura nacional e criticava, em especial, a ausência de mecanização de nossas lavouras. Destacava sempre que possível os avanços técnicos alcançados por outras nações:

“(…) nossa produção de fructas poderia ser muito maior e os capitalistas americanos já estudaram a questão, seguindo o exemplo que a Califórnia dá ao mundo nesse ramo de agricultura. A propaganda da fructicultura no Brasil tem dado bons resultados.”⁷⁹

Na questão da borracha, acaba por encontrar uma razão que se justificava no atraso científico brasileiro, que impossibilitava a borracha nacional de concorrer no mercado internacional.

⁷⁸ Carvalho, 1923, Op. Cit., p.163.

⁷⁹ Idem, p.173.

“O acontecimento mais importante, no que diz respeito à produção asiática, é a aclimação da *Hervea brasiliensis* em Ceylão e na Malásia. São estas então borrachas de cultura, cientificamente exploradas. Esse elemento novo representa a mais poderosa concorrência que sofreu o Brasil, produtor de borracha”.⁸⁰

Na criação de gado destaca o melhoramento das raças:

“As grandes jornadas que separam os campos de criação dos frigoríficos são ainda um obstáculo temporário; mas a importação de bons reprodutores, o melhoramento das raças e das pastagens, os preços remunerados e, também as condições excepcionais do nosso gado suíno, fornecem aos frigoríficos productos apreciados em todos os mercados”.⁸¹

Delgado de Carvalho destaca, ainda a contribuição da aviação para o conhecimento do interior do país. Os conhecimentos da Geografia Física do Brasil, diz Delgado de Carvalho, “ainda são muito limitados no que diz respeito ao seu interior; são suficientes entretanto para termos uma idéia de conjunto”.⁸²

Litoral versus Interior

Ao escrever sobre a configuração do território brasileiro, Delgado destaca a importância da extensão do litoral para o desenvolvimento econômico do país.

“A sua configuração é homogênea em relação a América do Sul: o país é dotado, em proporções sensivelmente equivalentes, de fronteiras terrestres e de fronteiras marítimas. Dahi a sua predestinação a ser, ao mesmo tempo, potência marítima e continental.”⁸³

As feições geográficas do nosso litoral, no início do século XX, começavam a ser melhor conhecidas e estudadas; já o interior do país só era conhecido em suas feições

⁸⁰ Ib. Idem, p. 183.

⁸¹ Ib. Idem, p. 179.

⁸² Carvalho, Delgado de, 1949, Op. Cit., p. 9.

⁸³ Carvalho, Delgado de, 1930, Op. Cit., p. 15.

mais gerais. Delgado de Carvalho salienta que locais do interior do país eram poucos ou mal conhecidos ou mesmo inexplorados e os dados sobre eles eram escassos.

“A topographia do massiço brasileiro é ainda incompletamente conhecida; da sua grande complexidade são apenas scientificamente estudadas as linhas geraes, pois ainda surgem discussões orometricas sobre os seus pontos principais”⁸⁴

A ausência de estudos e dados sobre a realidade territorial brasileira impossibilitava que a Geografia Pátria fosse plenamente estudada em nossas escolas. O interior do país era, em grande parte, desconhecido:

“(...) o systema Goyano ainda mal conhecido e o systema Matto grossense que tem sido ultimamente objeto de explorações interessantes.”⁸⁵

Essa situação só começou a ser alterada com a utilização da aviação para o reconhecimento dos locais mais distantes do interior do país:

“(...) O sul da Amazônia e o norte de Mato Grosso só são conhecidos em suas grandes linhas; mas por meio da aviação, as informações se multiplicam rapidamente, e aos poucos, vão sendo integrados no nosso patrimônio científico as feições geográficas das zonas exploradas. Por isso, deve ser encarada a geografia física do Brasil como uma série de noções fisiográficas em constante evolução, progresso e remodelação.”⁸⁶

O conhecimento do território brasileiro se deu do seu extenso litoral para o interior do país, de uma forma gradual e progressiva. Vejamos como podemos perceber este fato na obra de Delgado de Carvalho:

Na sua proposta de divisão regional, a parte mais conhecida do Brasil, a oriental, isto é, a área próxima do litoral, abrangia o maior número de regiões.

Podemos também perceber que, no decorrer de três décadas, as informações e os dados meteorológicos se multiplicaram em seus livros: em 1923, na segunda edição do

⁸⁴ Carvalho, Delgado de, 1923, Op. Cit., p. 24.

⁸⁵ Idem, p.28.

seu “Geographia do Brasil”, Delgado apresenta os resultados das observações meteorológicas de somente duas localidades brasileiras: Rio de Janeiro (que possuía observações desse tipo desde 1892)⁸⁷ e São Paulo. Em 1930, o autor divulga, na 5ª edição completa de “Geographia do Brasil”, as observações meteorológicas de 4 localidades: Pará (1° 27’ de latitude Sul), Recife, Bahia (12° 58’ de latitude Sul) e Rio de Janeiro. Já, em 1949, o livro “Geografia Física e Humana do Brasil” traz observações meteorológicas de 12 localidades brasileiras (Belém, Recife, Quixeramobim, Bahia, Morro do Chapéu (Bahia), Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Petrópolis, São Paulo, Curitiba, Blumenau e Porto Alegre). São todas localidades muito próximas do litoral. Assim, os dados meteorológicos foram se tornando mais abundantes no litoral e inexistentes no interior. Podemos também concluir que Delgado de Carvalho utilizava seus livros didáticos para divulgar as pesquisas que eram realizadas sobre o território brasileiro.

Os resultados dessas pesquisas eram apresentados, resumidamente, em seus livros, como por exemplo, as observações meteorológicas realizadas pelo Dr. Luis Cruls, em 1892, sobre o Rio de Janeiro, capital da República:

“As conclusões desse trabalho são 1) A temperatura média da Capital é de 23°,4; a máxima é observada em fevereiro e a mínima em julho, sendo respectivamente estes dois extremos de 31° e 15°; as temperaturas absolutas até aqui notadas foram de 39° e de 10°. As oscillações é de 3°. O calor do Rio é supportavel, tanto mais quanto a brisa do mar vem regularmente refrescar a cidade. 2) A humidade, que é uma das características do clima carioca, é de 78%, com pequenas oscillações. 3) A nebulosidade do céu é realmente grande para a latitude, a média 64%, quando em Greenwich (Londres) é 67. 4) A chuva alcança annualmente um metro, sendo março e dezembro os mezes mais chuvosos e julho o menos chuvoso. 5) Os ventos dominantes no Rio de Janeiro são, no verão, o S.S.E., e no inverno o N.W. A cidade é pouco sujeita á grandes perturbações atmosphericas, porém, ás vezes, o pampeiro, vindo do sudoeste, causa grandes depressões atmosphericas”.⁸⁸

⁸⁶ Carvalho, Delgado de, 1949, Op. Cit., p. 10.

⁸⁷ Carvalho, Delgado de, 1923, Op. Cit., p. 69.

⁸⁸ Idem, p. 69-70.

Em vários momentos, ao se referir à área próxima a Serra dos Pyreneus, Delgado de Carvalho cita a possibilidade de transferência da capital brasileira para o interior do país, no Planalto Central. Esta região de Goiás destinada a abrigar a capital do Brasil constituía-se em uma exceção, pois foi motivo de estudos científicos já, em 1893:

“(...) Foi estudado esta região de nosso planalto central, em 1893, pois é dispositivo constitucional transferir algum dia para lá a capital da República.”⁸⁹

“Os rios que têm sua origem no planalto brasileiro possuem um centro hydrographico importante, localizado na serra dos Pyreneus e no Espigão Mestre, em Goyaz. Ahi foi escolhido o logar destinado à futura capital federal.”

⁹⁰

“A área do Distrito Federal é de 1.162 Kilometros quadrados. Quando deixar de ser capital da República, passará á categoria de Estado da União.”⁹¹

Durante o governo do marechal Floriano, a Comissão Cruls, chefiada por Luis Cruls, promoveu um estudo que demarcou uma área no planalto central com 14.000 quilômetros quadrados, onde deveria se procurar o mais conveniente sítio para a futura cidade – sede do governo federal, assim como estava expressa na carta constitucional de 24 de fevereiro de 1891. Esta área ficou conhecida como retângulo Cruls. Havia a expectativa de que a mudança da capital para o interior na vasta área do planalto Central tornaria essa área mais conhecida e povoada num curto espaço de tempo.

A inclusão do tema da localização da nova capital em seu livro didático demonstra a importância dada pelo autor às questões geopolíticas. A localização da capital não era uma preocupação geopolítica exclusiva de Delgado de Carvalho. Cabe destacar que esta era uma preocupação compartilhada entre vários intelectuais do final do século XIX e início do século XX como, por exemplo: o próprio Luis Cruls (que chefiou a Comissão que delimitou o quadrilátero Cruls) e Everardo Backheuser. Esses autores defendiam a idéia da transferência da capital para o interior do país utilizando-se de critérios geoestratégicos.⁹²

⁸⁹ Ib. Idem, p. 29.

⁹⁰ Ib. Idem, p. 78.

⁹¹ Ib. Idem, p. 147.

⁹² Anselmo, R. de C. M. de S. Geografia e Geopolítica na formação Nacional Brasileira Everardo Adolpho Backheuser. Tese de Doutorado, Rio Claro, Unesp, 2000, p. 108-114.

O reconhecimento científico do território permitiria estabelecer formas e padrões mais corretos de ocupação e exploração das riquezas. Para Delgado de Carvalho, as feições físicas do Brasil tinham evidentemente influências diretas poderosas sobre as condições econômicas do país. Dois pontos colocavam, segundo ele, o Brasil numa situação vantajosa em relação às demais nações:

“A primeira vista, dois factos impressionam: a extensa costa do Brasil, que o dota de innumeros portos abrigados e seguros, e a imensa rede fluvial aproveitável que lhe pertence, especialmente a do norte. Estes dois pontos collocam o Brasil numa situação vantajosa em relação ás demais nações, pois são poucas as que gozam de semelhantes vantagens physicas.”⁹³

Mas, para Delgado, “o verdadeiro e extenso Brasil, o Brasil do futuro se acha no planalto interior, onde a altitude vem felizmente corrigir a latitude.”⁹⁴ Esta seria então uma área do país que apresentava condições climáticas consideradas favoráveis à ocupação. Nessa linha de raciocínio, o autor procura estabelecer as relações entre meio e desenvolvimento.

Dessa forma, as características climáticas da área a ser escolhida para abrigar a nova capital do país podem ser destacadas entre as preocupações dos intelectuais que defendiam tal transferência. Backheuser, por exemplo, salienta que o clima da área escolhida poderia favorecer a aclimação do trabalhador europeu. Este autor exalta as possibilidades econômicas e políticas da região central brasileira, de onde defluem as águas de três grandes bacias, possibilitando um rápido contato fluvial com todo o resto do país.⁹⁵

Outra alternativa possível para a ocupação do interior é destacada por Delgado de Carvalho: a construção de ferrovias, que interligariam as áreas já ocupadas com aquelas a serem ocupadas.

“O Brasil possui numerosas estradas, todas tem suas razões econômicas e sociais de penetração pelo interior. Umas procuram unir centros colonizados,

⁹³ Carvalho, Delgado de. *Geographia Elementar*, 3ª edição, s/d, p. 272.

⁹⁴ *Idem*, p. 272.

⁹⁵ Anselmo, 2000, *Op. Cit.*, p. 112-114.

outras procuram alcançar terras novas, apropriadas à criação, outras enfim procuram os centros mineiros.”⁹⁶

As ferrovias substituíram os caminhos de boiadas, as trilhas de bestas entre outras estradas. No princípio, as estradas de ferro no Brasil auxiliaram as estradas de rodagem, unindo entre si “centros colonizados”. Porém, as estradas de rodagem foram incapazes de fazer concorrência frente às ferrovias e cedo acabaram sendo abandonadas.

“Grande parte destas estradas estão hoje abandonadas, tendo-lhes a estrada de ferro tomado todo o transito. As estradas de Minas, seguidas pelos mineiros, partiram de S. Paulo e do Rio de Janeiro para Ouro Preto. A estrada de ferro aniquilou essas estradas.”⁹⁷

Delgado de Carvalho considerava as estradas de ferro criadoras de tráfego e de produção e também elemento civilizador:

“Hoje, porém, nos paizes novos, como os Estados Unidos e Brasil, nem sempre vem as estradas unir centros já em comunicações antigas, vem pelo contrário, cortar sertões e mattas de grande valor economico, porém, deshabitados ou desconhecidos, por ser considerada a estrada de ferro , em paizes novos, creadora de trafego e de produção e também elemento civilizador.”⁹⁸

O mar não uniu somente o Brasil a sua metrópole. Uniu também, por muito tempo, as diferentes localidades situadas próximas à costa brasileira.

“O estudo de nossas estradas e da propria viação ferrea mostra como sempre foram deficientes as communicações entre nossos centros de civilização quase todos situados nas costas ou nos rios navegáveis.”⁹⁹

A região setentrional ou norte seria interligada através do “aproveitamento de sua excepcional rêde fluvial navegavel”.¹⁰⁰ Para Delgado, o passado, o presente e o futuro

⁹⁶ Carvalho, Delgado de, 1923, Op. Cit., p. 199.

⁹⁷ Idem, p. 199-200.

⁹⁸ Ib. Idem, p. 200.

⁹⁹ Ib. Idem, p. 206.

¹⁰⁰ Carvalho, Delgado de, 1930, Op. Cit., p. 261.

dos Estados setentrionais do Brasil estariam inteiramente ligados ao aproveitamento de seus rios para a exploração de suas riquezas naturais. Sua população reduzidíssima era pequena, segundo ele, para explorar tais riquezas.

O clima, para Delgado de Carvalho, era outro elemento vantajoso para o nosso país. Segundo ele, este elemento atrairia a imigração estrangeira para o Brasil:

“(…) Um clima salubre e ameno attrae a immigração estrangeira, permitindo a fácil acclimação dos indivíduos, das plantas uteis para os paizes, dos animaes de outros continentes. A facilidade da acclimação geral é um dos elementos que mais tem influido sobre o desenvolvimento do Brasil. Permitiu a cultura do trigo e dos cereaes europeus e a introducção do gado de várias partes do mundo”.¹⁰¹

O sul brasileiro era visto como uma região onde se concentraria a riqueza humana e que apresentaria as melhores condições climáticas. Mas ele acreditava que nem todo o território seria convidativo para os imigrantes estrangeiros, como era a área ao sul do país. As áreas com climas desfavoráveis ou insalubres, tais como a floresta Amazônica e o Nordeste, deveriam, segundo ele, ser destinadas à colonização por nacionais:

“O Brasil, como habitat do homem, offerece especialmente nas suas zonas subtropical e temperada optimas condições de assimilação. Não sómente não é anormal o coefficiente de mortalidade de seus filhos, nas principaes cidades, como também para o estrangeiro, immigrante e colono, ao sul do paralelo 16° de latitude Sul, os seus climas não exigem acclimação especial. De um modo geral, ao norte deste paralelo, não devem ser tentados estabelecimentos collectivos permanentes de estrangeiros; a colonisação ahi deve ser feita por nacionaes, como foi o caso dos cearenses na Amazônia.

Approveitando as facillidades de acclimação e os direitos e garantias conferidos pela nossa Constituição, os estrangeiros tem procurado em grande numero, os Estados meridionaes principalmente.”¹⁰²

Acreditamos que esta experiência de colonização da região norte com migrantes cearenses se refere aos flagelados das grandes secas dos finais das décadas de 1870 e

¹⁰¹ Carvalho, Delgado de, s/d, Op. Cit., p. 272.

¹⁰² Carvalho, Delgado de, 1923, Op. Cit., p. 70-71.

1880 que se dirigiram para a Amazônia, para a florescente indústria da borracha e depois para o Centro-sul.

O sul do país, segundo Delgado de Carvalho, era mais procurado pelo imigrante estrangeiro devido ao seu clima e a facilidade de acesso. Outras áreas mais para o interior do país só seriam ocupadas pelos imigrantes quando fosse resolvido o problema de acesso a essas áreas.

“Não quer isso dizer que só são aproveitáveis pela colonização nossos Estados meridionaes. Entre as numerosas terras vagas que possui o paiz, são escolhidos em primeiro logar as que offerecem condições de mais facil adaptação. O planalto bahiano não demorará muito em ser procurado pelo immigrante, assim que sejam atingidas pela viação férrea zonas do interior, situadas a grande altitude; o Estado da Bahia possui na sua legislação de terras disposições favoráveis á immigração.”¹⁰³

A concentração da população brasileira ao longo do litoral é assim explicada por Delgado de Carvalho:

“Apesar da penetração pelo interior do paiz, continuamos ainda com um povoamento essencialmente peripherico do paiz, devido á accessibilidade das costas, da communicabilidade que apresentam entre si por meio do mar, devido tambem á origem européa dos povoadores e do caracter genuinamente atlântico e occidental de nossa civilização. O povoamento peripherico ainda é o resultado do contacto necessario que guardamos com as nossas origens históricas e sociaes. D’ahi o facto de encontrarmos a maior parte dos centros de povoamento, irradiando para o interior, mas situados na vizinhança do litoral”.¹⁰⁴

O Brasil do futuro, para Delgado de Carvalho, é o Brasil interior, que deveria ser melhor conhecido, possibilitando ser ocupado com o auxílio da estrada de ferro. Já o futuro comercial do Brasil estaria na exploração de dois produtos: a carne e o minério de ferro.

¹⁰³ Idem, p. 132.

¹⁰⁴ Ib. Idem, p. 138.

“O futuro commercial do Brasil está na carne e no ferro. O primeiro producto já foi seriamente considerado por ocasião da guerra e a sua exploração já está organizada; falta o segundo cujo aproveitamento deve ser encarado como necessario e proximo.”

Delgado de Carvalho dedica, em seus livros didáticos, um capítulo ou mesmo um tópico sobre o litoral (versando sobre sua nomenclatura descritiva), sempre após o capítulo ou tópico sobre o relevo. Em Geografia Moderna, diz Delgado de Carvalho, relevo e litoral são considerados intimamente ligados em sua formação; convém ainda respeitar a divisão tradicional que visa a estabelecer distinções para simplificar o estudo.

“É pouco acertado, em geografia moderna, destacar o estudo do litoral do estudo do relêvo, isola-lo como se fosse cousa muito distinta e independente. Hoje, não é tido mais como inconveniente estudar relêvo e litoral ao mesmo tempo. Por isso mesmo, quando um estudo especial é dedicado ao litoral, deve seguir imediatamente o do relêvo.”¹⁰⁵

Aliás, para ele, o litoral deveria ser estudado em função do relevo, pois:

“(…) há relêvos vizinhos da costa que revelam sua influência imediata sobre a feição do litoral; de outro lado, em regiões de costas baixas de planícies ou peneplanícies, são mais difíceis de estabelecer as relações recíprocas. Pontas, cabos, baías, penínsulas e ilhas são simples episódios na história geológica de um continente. Assim como um lago é uma feição temporária na vida de um curso de água, assim uma ilha é feição passageira na luta permanente entre a terra e o mar”.¹⁰⁶

O litoral, “onde a lavoura da cana mais ocupou as populações negras e mais contribuiu aos seus encruzamentos”, diz Delgado de Carvalho, é mulato. O interior, no norte e no sul, é considerado por ele, mais caboclo.¹⁰⁷

População Brasileira: população mestiça.

¹⁰⁵ Carvalho, Delgado de. 1949, Op. Cit., p. 29.

¹⁰⁶ Idem, p. 29-30.

¹⁰⁷ Carvalho, Delgado de. 1930, Op. Cit., p. 125.

O final do regime escravista propiciou a intensificação do processo de miscigenação, acentuando ainda mais a fisionomia mestiça da sociedade brasileira. Neste período, a ausência da categoria do mestiço impossibilitava pensar o Brasil como um todo. Acreditamos que esta situação vislumbrada, no final do século XIX e início do século XX, por vários intelectuais, nacionais e estrangeiros, foi levada por Delgado de Carvalho para as salas de aula do ensino secundário através de seus livros didáticos.

Foi a confiança cega na ciência que possibilitava aos intelectuais do final do século XIX e início do século XX prever um futuro; imaginar uma nação até então desconhecida. A miscigenação do país, que fora saudada pelos cientistas estrangeiros como fenômeno desconhecido e recente, tornava-se, nesse momento, um tema polêmico entre os intelectuais brasileiros.

Segundo Leite, formou-se uma visão pessimista do Brasil e dos brasileiros em que a mestiçagem entre brancos, negros e índios teria gerado uma sociedade atrasada e arcaica, cuja problemática os intelectuais procuravam, de diversas maneiras resolver.¹⁰⁸

É importante salientar que os modelos deterministas raciais foram bastantes populares no Brasil, transformando-se em uma espécie de jargão comum até os anos 30. Para Schwarcz, o período compreendido entre os anos de 1870 até a década de 30 do século XX foi o momento do apogeu do evolucionismo e das teorias sociais do darwinismo em nosso país. Sendo que, neste período, diversos intelectuais opinaram sobre a questão racial. O racismo científico era moeda corrente no período e a mestiçagem constituía uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação¹⁰⁹.

Vejamos como Delgado de Carvalho trouxe o tema racial e as conclusões dos teóricos do branqueamento para as salas de aula do ensino secundário através dos seus livros didáticos.

Cada região (natural), diz Delgado de Carvalho, “fórmula um tipo social humano, amoldado a suas exigências naturais”.¹¹⁰ Para ele, o meio determinou a formação de vários tipos entre os quais os mais definidos eram: o mameluco, o gaúcho (no sul), o jagunço e o caboclo amazonense (no norte).

¹⁰⁸ Leite, D. M. O carácter brasileiro: história de uma ideologia. 4ª edição, São Paulo, Pioneira, 1983.

¹⁰⁹ Schwarcz, L. M. O espetáculo das raças – Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

¹¹⁰ Carvalho, Delgado de, 1930, Op. Cit., p. 242.

Para Delgado os mestiços “não são, pois uma raça nova; são identicos entre si e nas suas gerações sucessivas não guardam fixidez no typo, sendo sempre a tendência voltar a um dos typos primitivos, ao mais perfeito physica ou intellectualmente, sendo frequente ás vezes a tendência a sobrepujar esses typos”.¹¹¹ Assim, o mestiço que resulta do cruzamento do branco com o negro, para ele, tem tendência, a afastar-se do tipo africano.

Os mulatos, diz Delgado de Carvalho, “são os tipos de belleza mestiça, com fórmas graciosas e bem proporcionadas. O mulato não herda a forte complexão physica do negro primitivo, porém é mais intelligente e mais audaz, sobrepujando frequentemente o branco”.¹¹²

Prosseguindo em sua análise encontramos em Delgado de Carvalho que não bastava uma distinção física atribuída ao mulato, vê-se nesse um componente que o distinguiria depreciativamente no trato com o trabalho, mas que, no entanto, o eleva quando se trata das “artes”. Vejamos:

“Não tem em geral grandes qualidades para o trabalho dos campos. ‘Também jamais mostraram aptidão para a vida commercial e industrial, diz o Dr. J.B. de Lacerda (no Congresso Universal das Raças em Londres, 1911); geralmente, accrescenta elle severamente, dissipam sua fazenda, são irrefriavelmente inclinados á ostentação, pouco práticos nos negocios, versáteis, sem perseverança nas empresas. Ninguém de resto lhes pode negar viva intelligencia, tendências litterarias e scientificas, capacidades políticas”.¹¹³

Delgado considera os caboclos, de todos os mestiços brasileiros, os mais interessantes, “dos quaes existem varios typos característicos devido não sómente ás diferenças de dosagem que houve na mestiçagem como também e principalmente á influencia dos meios geographicos em que se operaram os phenomenos ethnicos”.¹¹⁴

O jagunço, o sertanejo do norte, diz Delgado de Carvalho, “formou-se no isolamento, conservando intactas as archaicas tradições peninsulares, é menos religioso do que supersticioso, visionário, triste”.¹¹⁵ Recorremos a Wissenbach para entendermos melhor esta afirmação. Para ele é necessário relativizar a questão do isolamento dessas

¹¹¹ Carvalho, Delgado de, 1923, Op. Cit., p. 124.

¹¹² Idem, pág. 124 – 125.

¹¹³ Ib. Idem, p. 124-125.

¹¹⁴ Ib. Idem, p. 125.

¹¹⁵ Ib. Idem, p. 127.

populações, principalmente para explicar a permanência de valores, práticas sociais e concepções que, sem dúvida, destoavam dos que vigoravam nos centros urbanos. A produção obtida em pequenas roças e criações, a fabricação doméstica de farinhas e outros produtos, o artesanato de palha, de barro eram responsáveis, muitas vezes, pelo abastecimento de centros urbanos, disseminando-se pelos seus arredores e ao longo das grandes rotas de comunicação.¹¹⁶ Os caboclos mantinham contatos periódicos com os centros de população para obter alguns produtos nos armazéns das redondezas, entre eles o sal, o fumo, a pinga.¹¹⁷

Uma série de simpatias acompanhavam o cotidiano das populações caboclas, afirma esse autor. A construção de suas casas era acompanhada por uma série de crenças, enquanto outras garantiriam a proteção delas, como por exemplo: “chifres de boi pendurados na porta das casas para livrá-las do mau-olhado e impedir a chegada de determinados animais, cinzas de palmas bentas dispostas em cruz na entrada para resguardá-las das intempéries; não faltando quem fizesse defumação de folhas de guiné às sextas-feiras”.¹¹⁸ Os caboclos enfrentavam as adversidades das doenças com receitas caseiras misturadas com simpatias e orações. “Diante da ausência de boticas e médicos, as populações rurais enfrentavam a adversidade das doenças com receitas caseiras com folhas e raízes encontradas nas matas, com excretos dos animais misturados, no mais das vezes, com simpatias e orações.”¹¹⁹ Os padres apareciam muito esporadicamente, assim os rituais do catolicismo popular eram dirigidos por homens da própria comunidade – festeiros, rezadores, penitentes, folientos, benzedores, curandeiros -, que despontam como as lideranças informais dos grupos locais.

O jagunço, vítima das secas do nordeste brasileiro, diz Delgado, “é vaqueiro, vive e morre na terra que não lhe pertence, trabalhando fielmente para o fazendeiro que vive no litoral como os sesmeiros dos tempos coloniais”. O jagunço é, para ele, “um lutador heroico contra o meio, contra a secca e só emmigra para o litoral, quando mortos os bois e a vegetação, não há mais esperança: quando vem a chuva, volta saudoso para a terra ingrata”.¹²⁰

¹¹⁶ Wissenbach, M. C. C. . Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: Sevcenko, Nicolau (org.) História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do rádio. São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 62.

¹¹⁷ Idem, p.77.

¹¹⁸ Ib. Idem, p. 69.

¹¹⁹ Ib. Idem, p. 69.

¹²⁰ Carvalho, Delgado de, 1923, Op. Cit., p. 127.

Delgado de Carvalho afirma que a imigração estrangeira contribuiu para a miscigenação e a preponderância da raça branca na mestiçagem. É interessante observar que a política imigratória, além de seu significado econômico, possui uma dimensão ideológica que é o branqueamento da população brasileira. Assim, para ele e intelectuais como Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, a população brasileira, com o passar de algumas décadas, tornar-se-ia branca. Era um projeto de cunho racista que visava ao branqueamento da população brasileira.

“Os elementos brancos puros annualmente trazidos ao Brasil pela immigração, a selecção sexual, a ausencia entre nós do prejuizo de raças tão enraigado nos povos anglo-saxonicos, são fatores da extinção dos mestiços. Antes de um século, é provável que a população brasileira será em grande maioria branca e que estejam extinctas as raças africana e americana”.¹²¹

A ampliação da intensidade das misturas étnicas ocorrida logo após a abolição da escravatura, nos limiares do século XX, indicava as múltiplas possibilidades de cruzamentos e pode ter levado Delgado de Carvalho e vários intelectuais da época, a acreditarem na extinção das etnias negra e indígena.

Segundo ele, os dados estatísticos comprovavam a diminuição e a absorção do elemento africano:

“Entretanto devido á diminuição e a absorção do elemento africano representava em 1872 apenas vinte por cento da população brasileira a raça negra. Hoje representa esse elemento mais ou menos oito por cento da nossa população, o que prova quanto está adiantada a absorção lenta do sangue africano entre nós”.¹²²

Existia uma esperança no branqueamento. Uma certeza irrestrita nas conclusões da ciência evolutiva e a crença em projeções populacionais previam um país, cada vez mais branco.

¹²¹ Idem, p.128.

¹²² Ib. Idem, p. 121-122.

A absorção da população negra não ocorreu, segundo Delgado de Carvalho, da mesma forma em diferentes lugares no Brasil.

“Nos planaltos mineiros os escravos negros dos tempos das minas deixaram pouca descendência porque o reduzido numero de mulheres não lhes permitia constituir familia. Misturando-se pois cedo aos mestiços sertanejos. Já no litoral bahiano, não se deu o mesmo facto por ser justamente a Bahia o mercado de escravos mais importante do Brasil”.¹²³

Os imigrantes distribuíram-se de maneira desigual pelo território brasileiro, sendo que devido ao seu clima, o sul era “mais procurado do que o resto do país”, pelas condições de mais fácil adaptação lá oferecidas.¹²⁴ A concentração dos imigrantes alemães no sul do país é tido, por Delgado, como perigoso.

“Cahimos aqui num outro problema ethnico que não deixa de ser perigoso: é o desequilíbrio que vae se accentuando entre as populações mestiças do norte e a immigração crescente do sul, ajudando assim a differenciação dos meios. Com certo exagero póde se chamar esse phenomeno o perigo allemão. Aos brasileiros cabe por conseguinte distribuir melhor pelo território nacional os elementos e procurar assimilar-os quanto antes pelo contacto dos trabalhadores nacionaes”.¹²⁵

Nesse sentido, ia ao encontro das idéias de Euclides da Cunha. Este autor, segundo Naxara:

“Temia a concentração de imigrantes no sul do país e aconselhava que estes fossem espalhados pelos quatro cantos num processo que denominava “colonização integral.”¹²⁶

Por último, gostaríamos de salientar que o Brasil do futuro, para Delgado de Carvalho, teria, devido à contribuição dada pela imigração européia, uma população predominantemente branca e não mestiça, como se apresentava no início do século XX.

¹²³ Ib. Idem, p. 122.

¹²⁴ Ib. Idem, p. 132.

¹²⁵ Ib. Idem, p. 128.

O fato deste branqueamento se dar em um futuro próximo, ou remoto, está em perfeita adequação com a concepção de um Estado brasileiro enquanto meta. O Estado só seria consolidado com a revolução de 30.

Percebemos que Delgado de Carvalho foi influenciado pelas idéias de Sílvia Romero, Capistrano de Abreu que propugnavam pelo branqueamento. E, principalmente, por autores que trouxeram século XX adentro essas concepções, como Oliveira Vianna e Nina Rodrigues.

Gostaríamos de destacar um ensaio publicado, em 1908, na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, intitulado “Brasil Social”, escrito por Sílvia Romero. Nele este autor traçou considerações sobre nossa conformação racial e trouxe suas conclusões sobre as características deterministas predominante na formação de cada raça. “Tomando como suposto inicial que ao elemento branco cabia um papel fundamental no processo civilizatório, Romero em vez de lamentar a “barbárie do indígena e a inépcia do negro”, partia para soluções originais: estava na mestiçagem a saída ante a situação deteriorada do país e era sobre o mestiço – enquanto produto local, melhor adaptado ao meio – que recaíam as esperanças do autor.”¹²⁷ Esse intelectual elegia o mestiço como o produto final de uma raça em formação. Assim, acreditava ver na mestiçagem – tão temida – a saída para uma possível homogeneidade nacional.

A partir do tema racial, retomava-se certa forma de entender a história do Brasil proposta já nos primeiros anos do Instituto por Von Martius. Este naturalista alemão, em 1844, apresentou um projeto sobre “Como escrever a história do Brasil” para concorrer em um concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sua tese centrava-se na especificidade da trajetória desse país tropical, composto por três raças mescladas e formadoras. Seu projeto propunha, portanto, uma “fórmula”, uma maneira de entender o Brasil. A idéia era, segundo Schwarcz, “correlacionar o desenvolvimento do país com o aperfeiçoamento específico das três raças que o compunham. Estas, por sua vez, segundo Von Martius, possuíam características absolutamente variadas. Ao branco, cabia representar o papel de elemento civilizador. Ao índio, era necessário restituir sua dignidade original, ajudando-o a galgar os degraus

¹²⁶ Naxara, M. R. C. Estrangeiro em sua própria terra: representações de brasileiro, 1870/1920. São Paulo, Annablume, 1998, p. 94.

¹²⁷ Schwarcz, 2005, Op. Cit., p. 115.

da civilização. Ao negro, por fim restava o espaço da detração, uma vez que era entendido como fator de impedimento ao progresso da nação”.¹²⁸

Retomada em meados do século por Silvio Romero, a tese do naturalista alemão sobreviveria em suas linhas gerais. Na teoria de Romero, surge novamente um elogio à ação das diferentes raças nacionais, um alento para “a boa miscigenação” que ocorria no país.

Em seus livros, Delgado de Carvalho destacava a especificidade de um país marcado pela presença de três raças formadoras e com potenciais distintos; assim como as interpretações raciais elaboradas por Von Martius, Silvio Romero, Capristano de Abreu, Oliveira Vianna e Nina Rodrigues. Dessa forma, a relevância do seu trabalho foi ter introduzido em seus livros didáticos assuntos que preocupavam a elite intelectual brasileira. Discussões até então restritas a poucos leitores foram levadas para as salas de aula do ensino secundário através dos seus livros e para os programas de ensino de Geografia elaborados pelos professores do Colégio Pedro II.

¹²⁸ Idem, p. 112.

AS REFORMAS EDUCACIONAIS E A INFLUÊNCIA DE DELGADO DE CARVALHO NOS PROGRAMAS DE ENSINO DA GEOGRAFIA.

A Geografia desenvolvida no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, apresentava-se hegemonicamente como um arcabouço de conhecimento sustentado, sobretudo, pela memorização de nomes de cidades, rios, acidentes geográficos, etc. Nesse período, assistimos a uma inquietação frente a essa modalidade de se conceber o conhecimento geográfico, alimentado pelo debate quanto ao estatuto dessa disciplina e área de conhecimento. Motivados e instigados por essa discussão, diversos intelectuais prometem esse debate no Brasil, tendo por referência a reformulação do ensino da Geografia.

Esses intelectuais apresentavam uma série de críticas a respeito do ensino dessa disciplina e objetivavam redimensionar este saber então produzido no Brasil e que, para muitos deles, não representava os auspícios do projeto da República recém-proclamada. Dentre esses intelectuais, podemos destacar Delgado de Carvalho.

Esse intelectual introduziu, em seus livros didáticos, discussões que interessavam à elite cultural brasileira, quais sejam uma representação mestiça da população brasileira, como algo a ser superado através da miscigenação; a contribuição dada pela imigração européia no processo de branqueamento da população; a localização da capital brasileira entre outros assuntos. Em seus livros também utilizou a região natural como categoria de análise para estudar o território brasileiro.

Assim, neste capítulo pretendemos destacar a influência impressa por Delgado de Carvalho nos programas de ensino de Geografia, pois acreditamos que ele interferiu

inclusive nas concepções dessa disciplina presentes nas reformas de ensino ocorridas, no início do século passado, em nosso país.

Podemos encontrar uma primeira iniciativa com a preocupação de modernizar o ensino da Geografia nos pareceres legislativos elaborados por Rui Barbosa¹²⁹, em 1882. Gostaríamos de salientar que essa preocupação se transformará, na segunda década do século XX, em um movimento geográfico em prol da modernização do ensino dessa disciplina, sendo conduzido por profissionais como Delgado de Carvalho, Everardo Backheuser, Raja Gabaglia e Honório Silvestre, entre outros.

Os pareceres elaborados por Rui Barbosa serviram de subsídios para as discussões que seriam realizadas na Câmara dos deputados sobre a reforma decretada, em 19 de abril de 1879, por Leôncio de Carvalho. Esta foi a última reforma educacional empreendida no período imperial e teve como finalidade normalizar o ensino primário e secundário no município da Corte, os exames preparatórios, além de reformar o ensino superior em todo o país.

Nesses pareceres, Rui Barbosa apresentou um estudo detalhadíssimo da realidade educacional brasileira. Toda a estrutura e o funcionamento da educação formal do país foram discutidas nos seis volumes resultantes da acurada análise dessa realidade, comparando o ensino brasileiro com o do mundo todo, “mundo civilizado”. Criticou e deu sugestões acerca do ensino da Geografia. Não só discordava da prática hegemônica de ensino como também de uma Geografia produzida à luz da ciência positiva.¹³⁰

Rui Barbosa defendeu a obrigatoriedade do ensino da Geografia em todas as escolas do país e que fosse dado largo espaço para esta disciplina numa reorganização dos programas escolares em base científica. Denunciou as mazelas que caracterizavam a prática de ensino dessa disciplina no Brasil, demonstrando o quanto estéril era a aprendizagem da Geografia nas nossas escolas. O educando era obrigado a reter o maior número de nomenclatura e, para isso, era constantemente sabatinado. Este era considerado o verdadeiro sentido da aprendizagem.

Consideramos que as proposições de Delgado de Carvalho compunham-se de um embate com as propostas tradicionalistas da Geografia de nomenclatura, aproximando-

¹²⁹ Rui Barbosa era deputado pela Bahia na Assembléia Geral do Império Brasileiro e relator da Comissão de instrução da Câmara.

¹³⁰ Genilton O. Rego da Rocha defende a idéia de que nesses pareceres está presente pela primeira vez, de forma oficial, a defesa do ensino de uma Geografia assentada numa concepção moderna, sob bases científicas cujos conhecimentos só seriam válidos se produzidos a partir do uso do método racional.

se desta forma das considerações presentes nos pareceres de Rui Barbosa apresentados em 1882.

Se as propostas apresentadas por Rui Barbosa tivessem sido concretizadas, levaria para as nossas salas de aula a chamada Geografia Moderna, já no final do século XIX. Algo que só viria a se manifestar nas escolas brasileiras na segunda década do século XX.

Além de criticar o ensino por nomenclatura, o relator do parecer analisa os livros didáticos de Geografia disponíveis no mercado editorial brasileiro comparando-os com obras existentes em outros países. Um dos problemas salientados por ele era que, em nossos livros, os alunos primeiro estudavam os continentes e seus países para somente depois estudar o Brasil. Sobre esse assunto, assim Rui Barbosa se manifestou em seus pareceres:

“(…) em vez de principiar pelo município, pela província ou pelo país, o curso consagra as suas primeiras lições à Europa, à Ásia, à África, à América (onde o discípulo repete simplesmente o nome da pátria, confundindo, sem distinção, entre os demais Estados) e à Oceania, para depois, recomeçando, estudar a geografia particular de todos os países das cinco partes do mundo, e só no fim receber notícias do seu”.¹³¹

Acreditamos que os alunos, ao estudarem primeiro o lugar onde vivem, constroem laços de afetividade, contribuindo com a criação de um sentimento de pertencimento que une os seres humanos ao território. A proposta de Rui Barbosa não é, de modo algum, uma proposta desprovida de valores, ela parte de uma estratégia cujo princípio é a formulação de um sentido de pátria inocente, sem um propósito. Ele sugere que se inicie o estudo da Geografia de nosso país para inculcar o sentimento patriótico em nossos alunos.

Este debate iniciado por Rui Barbosa, em seus pareceres sobre o ensino da Geografia, só encontraria continuidade com Delgado de Carvalho, principalmente, após a publicação, em 1925, do livro Metodologia do Ensino Geográfico. Consideramos os pareceres de Rui Barbosa discurso avulso, esporádico e, infelizmente, sem continuidade.

¹³¹ Barbosa, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da educação pública. In: Obras Completas de Rui Barbosa. Vol. X, Tomo II, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946, p.306.

No período republicano, as reformas educacionais foram propostas para todos os níveis de ensino (primário, secundário e superior) e passaram a ser conhecidas com o nome dos ministros que as propuseram. Estas reformas atingiram o ensino secundário profundamente no conteúdo e na estrutura.

Delgado de Carvalho colaborou na confecção de diversos Programas de Ensino de Geografia exigidos pelas reformas de ensino empreendidas durante a Primeira República e posteriormente.

Acreditamos que, em todas as reformas do ensino do período republicano anteriores à reforma Luis Alves Rocha Vaz, os conteúdos eram colocados de forma aleatória, sem nenhuma preocupação mais rigorosa de discussão de conceitos ou de seqüência.

A primeira reforma educacional do período republicano, realizada em 1891, por iniciativa de Benjamin Constant, estabeleceu o curso secundário de sete anos e o ensino de Geografia abrangia todas as séries. Nos dois primeiros anos, ensinava-se Geografia do Brasil e, nos cinco anos seguintes, previa uma aula por semana de revisão que tanto podia ser de Geografia do Brasil como de Geografia Geral.¹³²

O programa de ensino do Colégio Pedro II era dividido em lições, nas quais o aluno primeiro estudava o Brasil para depois estudar os continentes e os países estrangeiros, partindo assim do próximo para o distante.¹³³

Esta iniciativa de partir dos aspectos geográficos mais próximos aos alunos e ir incorporando informações de áreas cada vez mais distantes demonstra a preocupação de se produzir uma aprendizagem eficiente. Percebemos aqui que uma das críticas formuladas por Rui Barbosa parece ter sido resolvida.¹³⁴

O programa formulado pelos professores do Colégio Pedro II deveria ser seguido por todos os demais colégios de ensino secundário do país. A ordem das lições era pré-estabelecida e o programa deveria ser seguido do início ao fim. Neste programa de ensino, o Brasil era estudado tendo em vista sua divisão político-administrativo.

Os livros, programas, mestres e examinadores derivaram para a acumulação mnemotécnica a atividades dos alunos. Nos exames de corografia, o candidato que conseguisse recitar, por exemplo, todos os rios da margem direita do Amazonas, seria

¹³² Colessanti, M. T. de M. O ensino da geografia através do livro didático no período de 1890 a 1971. Dissertação de Mestrado, Rio Claro, UNESP, 1884, p. 15 e 16.

¹³³ Idem, p.21.

¹³⁴ Anexo 1 – Programa de Ensino de Geografia para os dois primeiros anos do Ensino Secundário.

aprovado. Assim, seria premiado o aluno que soubesse decorar mais nomes, indistintamente do valor representativo destes nomes.

Governo, línguas e religiões eram questões tratadas nos programas e conseqüentemente nos compêndios de Geografia, pois havia o entendimento de que, podendo ser localizados, eram temas geográficos. Porém, essas questões tinham, segundo Delgado de Carvalho, pouco de Geografia:

“Há muito que selecionar nos ensinamentos que se ministram nos compêndios, pois são tratadas questões que pouco têm de Geografia, como govêrno, línguas, religiões, que podendo ser localizadas, fazem tradicionalmente parte dos programas. Ao lado de sólidos argumentos científicos, há, nestas explicações, uma parte de especulação e de imaginação”.¹³⁵

As reformas educacionais que se seguiram acabaram por diminuir a importância da Geografia no Currículo do Ensino secundário. Permanecia, porém, o desejo em intelectuais como Delgado de Carvalho de se retomar a importância dada a ela na reforma Benjamim Constant. Esta disciplina só iria reconquistar esta posição de destaque na reforma Francisco Campos.

Coube ao Dr. Epitácio Pessoa, Ministro do Interior do Governo Campos Salles, elaborar, em 1901, a segunda reforma do ensino do período republicano. Com esta reforma, o curso secundário sofreu uma diminuição no número de séries, passando de sete para seis anos. Para ser admitido no curso secundário, o aluno deveria prestar um exame de averiguação dos conteúdos. Ao concluir os seis anos do curso, o aluno com o grau de bacharel prestava o exame de madureza, que lhe permitia o ingresso em qualquer escola superior. Estes exames eram aplicados nos estabelecimentos onde o aluno concluiu o ensino secundário e eram fiscalizados por um inspetor federal.

A Geografia era ministrada nos três primeiros anos com uma carga de três horas semanais. O programa de Geografia do Colégio Pedro II não apresentou mudanças em relação à reforma anterior quanto ao conteúdo, apenas foi alterada sua ordem. Na primeira série estudavam-se noções de Cosmografia e Geografia Física dos continentes e oceanos. Na segunda série estudo descritivo e explicativo dos países independentes e

¹³⁵ Carvalho, Delgado de. As Ciências Sociais e a Aprendizagem. Boletim Geográfico, Ano X, n.º. 107, março – abril de 1952, p. 233.

suas colônias. Já na terceira, fazia-se um estudo Geral do Brasil e dos Estados, em particular.

“Assim a Geografia dos continentes não estava mais junto com a Geografia Física do Brasil, passando a ser ministrada na primeira série, junto com noções de Astronomia; incluía o ensino dos países independentes e suas colônias na segunda série e o estudo da Geografia do Brasil e dos Estados na terceira série, depois do aluno já ter recebido algumas noções necessárias para o aprendizado da Geografia do Brasil.”¹³⁶

O Estado não recomendava o uso de nenhum compêndio e muito menos obrigava a adoção de um livro didático único para cada matéria. Democraticamente os professores escolhiam o livro que melhor lhe conviesse, que mais se coadunasse com sua orientação e as necessidades de ensino. Eles escolhiam o compêndio que julgassem merecedor de adoção nos estabelecimentos públicos. Infelizmente, isso abria a possibilidade de adoção de livros didáticos deficientes ou que continham noções errôneas.

Nesta época não encontramos indícios de que se realizasse algum tipo de fiscalização por parte das autoridades e dos órgãos responsáveis pelo ensino público, a fim de que se realizasse uma seleção para eliminar os maus compêndios.

Com a reforma Rivadávia da Cunha Corrêa, o curso secundário continuou a ser de seis anos e as aulas de Geografia permaneciam nos três primeiros anos, mantendo a mesma forma de tratar os conteúdos. O Colégio Pedro II adotou um programa de ensino da Geografia que estava dividido em lições: para o primeiro ano, vinte e quatro; para o segundo, trinta e oito e para o terceiro ano, trinta e cinco.¹³⁷

No terceiro Ano, segundo o programa, estudava-se o Brasil que continuava a ser analisado através de seus estados membros.¹³⁸

Para Colesanti, o programa adotado pelo Colégio Pedro II na vigência desta reforma

“(…) incluía uma variedade muito grande de assuntos ligados direta ou indiretamente à Geografia para ser ministrada em apenas três horas semanais, em cada série. A Geografia do Brasil aparece no programa para a primeira

¹³⁶ Colesanti, 1984, Op. Cit., p. 23.

¹³⁷ Idem, p. 25-29.

¹³⁸ Anexo 2 – Programa de Ensino de Geografia para o terceiro ano do ensino secundário.

série, voltando a se repetir com mais detalhes na terceira série. Na segunda série, aparece, pela primeira vez, o estudo de noções geográficas juntamente com noções históricas da Grécia, de Roma e da Germânia e, no final do programa para a referida série, o ensino da descrição de viagens simuladas pelo país e no estrangeiro, demonstrando, portanto, uma Geografia descritiva. Em todo o programa proposto, só no final da terceira série, é que os alunos teriam as noções de Cosmologia relacionadas com as disciplinas propostas por Comte.”¹³⁹

Na vigência desta reforma, Delgado de Carvalho lança seu primeiro livro didático, “Geografia do Brasil”. Editado em 1913, este livro marca o advento da Geografia científica nos livros didáticos brasileiros.

Este livro didático estava em desacordo com o programa de ensino vigente e, em decorrência disso, não encontrou adoção satisfatória. O próprio autor reconhece, dez anos mais tarde, este fato, escrevendo as seguintes palavras no prefácio do seu “Geographia Elementar”:

“Já se vão mais de dez anos que foi publicada a primeira edição da minha “Geographia do Brasil”. Os motivos que me tinham ditado aquela obra são os mesmos que hoje me levam a entregar ao público o presente trabalho. Quando os editores, que ora publicam a “Geographia Elementar”, me incumbiram de escreve-la, não me conheciam senão pela “Geographia do Brasil”; o que nela apreciaram, provavelmente, foi o método; método que, devo confessar, fez com que a obra fosse mais bem recebida pelos estudiosos da geografia do que pelos próprios estudantes. De fato, o livro era então demasiadamente diferente do programa. Hoje, entretanto, as profundas modificações deste deram ao método uma maior aceitação.”¹⁴⁰

Delgado não abriu mão de suas convicções, na busca de um ensino da Moderna¹⁴¹ Geografia, isto é, da Geografia científica. Não deixou de apresentar modificações para o ensino dessa disciplina, propondo o estudo do Brasil pela divisão regional, mesmo sofrendo as pressões do mercado editorial, ainda muito apegado às obras descritivas.

¹³⁹ Colesanti, 1984, Op. Cit., p. 30.

¹⁴⁰ Delgado de Carvalho, C.M. Geographia Elementar. Companhia Melhoramentos de São Paulo, 3ª edição, s/d, p. 3.

¹⁴¹ O conceito “Moderna” era utilizado pelos geógrafos da época em questão para qualificar a Geografia que praticavam e para contrapô-la ao ensino descritivo tido como arcaico e atrasado.

Neste livro, Delgado não só endossou, como também adotou a proposta de divisão regional do Brasil de Said Ali, procurando avançar nessa discussão teórico-metodológica.

Embora não tenha alcançado sucesso no mercado editorial, este livro teve importante papel como fonte para diversos livros didáticos publicados posteriormente. Vários autores de livros didáticos editados posteriormente inspiraram-se neste modelo idealizado por Delgado de Carvalho. Autores que mais tarde fariam sucesso, como Moisés Giccovate e Aroldo de Azevedo aproveitaram-se de sua classificação das formas de relevo do Brasil; de sua classificação climática, proposta conjuntamente com Henrique Morize; de seu estudo regional do Brasil e suas técnicas didáticas de explanação de fatos da Geografia física e econômica, utilizando documentação cartográfica, gráficos de densidade demográfica, gráficos de distribuição de centros de produção e consumo de produtos agrícolas, pastoris e minerais, a marcha do café em São Paulo, o traçado das redes ferroviárias e outras sugestões de apresentação gráfica de problemas geográficos.¹⁴²

Uma das mudanças ocorridas na reforma Carlos Maxiano (18/03/1915) foi a alteração na sua duração do ensino secundário que passou de seis para cinco anos. O ensino da Geografia, segundo a reforma Carlos Maximiliano, efetuou-se nas duas primeiras séries, sendo que no primeiro ano estudava-se Geografia Física e Política dos continentes e no segundo ano Corografia do Brasil e noções de Cosmografia. O conteúdo do programa manteve-se o mesmo da reforma anterior e o professor deveria desenvolvê-lo em um menor tempo.

A diminuição da carga didática da Geografia, tornou o conteúdo do programa mais compacto, pois na reforma anterior o professor teria três anos para desenvolver o mesmo programa que a partir da reforma Carlos Maximiliano deveria ser desenvolvido em apenas dois anos. No conteúdo para a primeira série foi incluído o estudo de religiões e houve a ampliação da Geografia histórica.

O livro “Chorographia do Brasil” de Mario Vasconcellos da Veiga Cabral foi sua obra mais divulgada. Teve sua primeira edição em 1916 e até 1953 atingiu sua trigésima edição, cada uma com dez mil exemplares, chegando a completar 300 mil livros vendidos. Isto demonstra um apego às obras de cunho descritivo. Os professores já tinham à disposição pelo menos uma coleção de livros didáticos de Geografia que

¹⁴² Issler, 1973, Op. Cit., p. 160.

apresentava cunho científico. Aqui estamos nos referindo aos livros publicados por Delgado de Carvalho.

Até 1925, o ensino da Geografia do Brasil manteve-se inalterado. Em todos os programas de ensino anteriores estudava-se o Brasil através de suas unidades políticas.

Com a reforma educacional Rocha Vaz (13/01/1925), o curso secundário voltou a ser de seis anos e a Geografia passou a ser ensinada no primeiro, segundo e quinto ano do ensino secundário, com três horas semanais.¹⁴³

O Colégio Pedro II reformulou seu programa de Ensino da Geografia, para se adequar a esta reforma. Assim, no segundo ano do curso secundário para disciplina de Geografia, este programa elaborado em 1925, apresentava-se dividido em parte geral e regional, cabendo 40 lições para cada uma.

Para Colesanti, apesar da quantidade de assuntos propostos por este programa e do número reduzido de aulas, este foi o melhor programa de Geografia ministrado até então.¹⁴⁴ E, para Bernardo Issler era o melhor porque representava um programa que rompia parcialmente com a velha geografia descritiva, colocando a nomenclatura no seu devido lugar e incluindo temas de geografia moderna, então em evidência.¹⁴⁵

A divisão regional do Brasil, aplicada neste programa de ensino, apresentou cinco compartimentos, cuja nomenclatura adotada obedecia a um critério cardeal a partir da posição geográfica que estes ocupam no mapa do Brasil e suas delimitações ajustam-se aos limites estaduais. Esta é a proposta de divisão regional proposta por Delgado de Carvalho. Eis as cinco regiões naturais:

Brasil setentrional ou Amazônico – Pará, Amazonas e território do Acre.

Brasil Norte-Oriental – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Brasil Oriental – Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Brasil Central - Goiás e Mato Grosso.

Brasil Meridional - São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

¹⁴³ Colesanti, 1984, Op. Cit., p. 34.

¹⁴⁴ Idem, p. 42.

¹⁴⁵ Issler, 1973, Op. Cit., p. 136.

A aplicação desse novo conceito de ensino da Geografia do Brasil rompeu com o estudo das unidades políticas¹⁴⁶ que foi constante em todos os programas anteriores. Segundo Colesanti:

“Pela primeira vez, aparece, no programa, o ensino das regiões naturais, sendo as brasileiras denominadas de acordo com a posição que as regiões ocupam no mapa em relação à Rosa dos Ventos.”¹⁴⁷

Esta divisão regional do Brasil foi aceita por cerca de quarenta e cinco anos, sendo consagrada oficialmente pela criação do Conselho Nacional de Geografia, com pequenas alterações em sua nomenclatura. Foi modificada somente em 1968, quando novos critérios foram utilizados para agrupar os Estados brasileiros.

Delgado de Carvalho ingressou, em 1920, através de concurso público, como professor de Sociologia do Colégio Pedro II. A partir desta data, Delgado de Carvalho passou a interferir mais incisivamente nas concepções de Geografia presentes nas reformas de ensino, seja propondo uma distribuição mais precisa e lógica dos conteúdos, seja impondo um rigor mais científico nos estudos do território brasileiro. Esta preocupação levou a reforma Rocha Vaz a colocar a necessidade de estudar o Brasil a partir de suas regiões naturais.¹⁴⁸

O professor Fernando Raja Gabaglia foi o principal aliado de Delgado de Carvalho na edificação de um ensino de Geografia mais científico, isto é, com uma fundamentação lógica. O professor Jorge Zarur,¹⁴⁹ em um artigo sobre o ensino da Geografia no curso secundário, publicado na Revista Brasileira de Geografia, em 1941, deixou assim registrado:

“Seu grande aliado foi o prof. Raja Gabaglia, catedrático de Geografia do Colégio Pedro II”.¹⁵⁰

O próprio Delgado de Carvalho assim se referiu ao professor Raja Gabaglia:

¹⁴⁶ Províncias durante o Império e Estados durante a República.

¹⁴⁷ Colesanti, 1984, Op. Cit., p. 42.

¹⁴⁸ No Brasil, Delgado de Carvalho foi um dos introdutores do conceito de região natural no debate teórico-metodológico da época. Já havia, em 1913, proposto o estudo do Brasil pela divisão regional em seu primeiro livro didático.

¹⁴⁹ O professor Jorge Zarur foi aluno e discípulo de Delgado de Carvalho.

“A este propósito, tenho o prazer de dizer que o jovem professor de geographia, em cujas mãos se acham os destinos do actual programma do Collegio Pedro II, meu illustre amigo e collega, sr. F. Raja Gabaglia, se acha francamente empenhado em modificar profundamente a orientação medieval que até hoje respeitou. Espírito formado na nova escola geographica, conhecedor das melhores obras estrangeiras sobre o assumpto, elle se acha em condições de emprender a grande reforma de que necessitamos tanto.”¹⁵¹

Fernando Raja Gabaglia e Honório Silvestre eram os professores responsáveis pela elaboração dos programas de Geografia, para o ensino secundário, no Colégio Pedro II. Esses professores foram convencidos por Delgado de Carvalho e consagraram os programas à nova orientação, passando a adotar a divisão regional proposta por ele para o ensino de Geografia do Brasil.

No final de 1921, Delgado de Carvalho foi incumbido pela Liga Pedagógica do Ensino Secundário para elaborar um parecer sobre o ensino da Geografia em nosso país. Este parecer foi elaborado para ser apresentado pela Liga no Congresso de Ensino Secundário e Superior, realizado em 1922. Este documento deu origem ao livro “Metodologia do Ensino Geográfico”, publicado em 1925. Uma das finalidades deste livro era criticar a Geographia Nomenclatura como meio de abordar o estudo do território brasileiro.

Neste livro, Delgado de Carvalho define o objeto da Geografia como sendo “o estudo da Terra como ‘habitat’ do homem.”¹⁵² A finalidade do ensino da Geografia seria o estabelecimento das relações entre a terra e o homem. Dessa forma, o ponto de principal interesse em todo e qualquer estudo geográfico era o homem, ou melhor, a adaptação do homem ao seu meio. Assim o professor deveria “procurar demonstrar ao alumno, no ensino da geographia, de que modo o meio age sobre o homem e de que modo o homem reage ou se adapta”.¹⁵³ Ele denunciou que este ramo científico estudado nas escolas brasileiras não era visto sob este ponto de vista.

“Nas escolas do Brasil e de outros paizes de nosso continente, a geografia é o estudo de uma das modalidades da imaginação humana, isto é, da sua faculdade de attribuir nomes, de chrismar áreas geográficas. As montanhas, os rios, as

¹⁵⁰ Zarur, 1941, Op. Cit., p. 232.

¹⁵¹ Carvalho, Delgado de, 1925, Op. Cit., p. 8.

¹⁵² Idem, p. 3.

regiões naturais não são estudados em si, mas apenas como merecedores de um esforço de nossa fantasia. Aqui, quem não sabe nomenclatura não sabe geographia, e deste modo a poesia e a geographia são productos da imaginação, apesar de fazerem parte das cadeiras diferentes. Uma geographia é tida como mais ou menos completa, segundo o número de páginas que conta e a extensão da lista que a imaginação confia á memória das victimas; o ideal seria provavelmente um tratado volumoso, incluindo a lista telephonica. Entraríamos assim no domínio pratico”.¹⁵⁴

Desejava reformar a Geografia, tornando o ensino dessa disciplina mais científico. A Geografia não era estudada como em outros países, em todos os anos do ensino secundário, limitava-se aos seus dois primeiros anos. Não se estudava a formação do relevo, tipos de montanhas, classificação de rios e lagos, tipos de climas, pois isso não era cobrado nos exames.¹⁵⁵ Esta era considerada a mais fácil de todas as matérias, porque era apenas questão de memória.

“Listas de montanhas, de rios, de cidades e mais listas a decorar, e está pronto o candidato”.¹⁵⁶

Defendeu, neste livro de 1925, que alguns aspectos / temas geográficos poderiam ser abordados através da idéia de ciclo vital (ciclo vital dos rios, das montanhas, dos climas) para tornar mais amena a disciplina.

Em dois anos, os alunos deveriam ser preparados para um só exame, onde deveriam decorar listas de nomes. A missão do professor seria preparar os alunos para prestarem esses exames. Nas aulas o professor deveria verificar se “a memoria do alumno foi fiel”, exigindo “apenas que a recitação seja feita de preferênciã na ordem em que foi cometida a matéria no ‘completo’ compendio”.¹⁵⁷

“Uma bõa enumeração bem decorada e bem secca de vinte affluentes da margem direita do rio Gurupy é tida por um bom professor de Geographia de typo antigo como um optimo serviço prestado á nação. Se em vez de torturar a memória de um alumno e tornar-lhe assim odiosa a geographia com uma lista

¹⁵³ Ib. Idem, p. 69.

¹⁵⁴ Ib. Idem, p. 3-4.

¹⁵⁵ Ib. Idem, p. 17.

¹⁵⁶ Ib. Idem, p. 16.

de nomes que nada tem com a verdadeira geographia, o tempo empregado nisso tivesse sido consagrado a explicar no mappa a questão da borracha, suas phases principaes e sua posição actual, o mestre teria facilitado ao alumno o conhecimento de factos úteis, bem geographicos e de facil lembrança”.¹⁵⁸

Neste livro, Delgado de Carvalho salientou que os professores, os programas de ensino, os exames e os compêndios solicitavam unicamente esforços de memória, contribuindo para que a Geografia Nomenclatura se perpetuasse por quase um século em nossos estabelecimentos de ensino.

“O professor foi tratado a injeções de nomenclatura e acha que o que foi bom para ele, no seu tempo, é suficiente para o seu aluno de hoje.”¹⁵⁹

Não eram somente os professores que contribuíam para a permanência da Geografia nomenclatura, os pais dos alunos também davam sua contribuição:

“(…) a própria modificação dos programmas desperta a indignação dos Paes de alumnos’ que procuram debicar, nos corredores das salas de exame, a supressão das listas mnemotechnicas e as perguntas simples, simplíssimas, de coisas geographicas que elles não sabem porque não lhes foram ensinadas. São, pois, os pais os mais fortes sustentáculos da rotina.”¹⁶⁰

Delgado de Carvalho chama a atenção para o despreparo dos professores para tornar o ensino da Geografia mais científico. A maior parte de nossos geógrafos eram autodidatas. Somente a partir de 1934 teríamos entre nós professores licenciados em Geografia formados em uma Universidade.

“O que necessita, por conseguinte, entre nós o ensino da geographia, não é de compêndios mais completos, é apenas de um anno prelimiunar de geographia physica pura ou elementar. Seria mais util insistir sobre a classificação de climas , de rios, de costas do que sobre nomes. A classificação é uma operação facil, póde ser feita para o alumno mais ignorante, com a condição que elle veja

¹⁵⁷ Ib. Idem, p. 19.

¹⁵⁸ Ib. Idem, p. 25.

¹⁵⁹ Ib. Idem, p. 21.

¹⁶⁰ Ib. Idem, p. 21.

os exemplos e perceba os termos. Se não temos classificações como existem nos livros mais elementares do estrangeiro é porque os autores sabem ou julgam que os professores não as conhecem nem compreendem.”¹⁶¹

Para minimizar este problema, Delgado de Carvalho recomendou que o curso de férias, instituído pelo diretor da instrução pública, tivesse conferências para atualizar os professores.

“No futuro, o curso de férias, tão acertadamente instituído pelo Diretor da Instrução Publica, terá também de incluir umas conferencias de orientação sobre o estado atual da sciencia geographica. As professoras publicas difficilmente podem se manter ao par das descobertas, das novidades de todo o gênero, especialmente num paiz em que não existe revista geographica de divulgação. É necessário que todos os annos sejam recapituladas as grandes feições da geographia, com todas as indicações necessárias para pô-la em dia. É este o papel que cabe aos geographos profissionaes.”¹⁶²

Neste livro de 1925, Delgado de Carvalho apresenta, em síntese, as seguintes propostas de mudanças para o ensino de Geografia no secundário:

- 1º) Acrescentar um ano de Geografia no curso secundário fundamental e estabelecer uma cadeira de Physiographia ou Geografia Geral no quinto ano.
- 2º) No desenvolvimento dos programas no curso secundário, tomar como base do ensino de Geografia os exemplos e os tipos brasileiros e restringir ao estritamente necessário a parte “mnemotechnica da nomenclatura”.
- 3º) Na cadeira do quinto ano, adotar um programa de fusão, constando de três pontos: elementos de cosmografia, noções de physiographia e acrescentar elementos de anthropogeografia.
- 4º) Recomendar a prática escolar, não somente dos exercícios cartográficos, como também das dissertações geográficas. O programa deve recomendar a adoção da dissertação para metodizar os conhecimentos adquiridos e obrigar os alunos a fazer planos previstos em vista da coordenação de idéias. O Brasil deve ser tomado o mais freqüentemente possível como exemplo ou termo de comparação.

¹⁶¹ Ib. Idem, p. 21.

¹⁶² Ib. Idem, p. 43.

5º) A fundação de uma associação de professores de Geografia e de pessoas interessadas no progresso da ciência geográfica. Para Delgado de Carvalho esta associação deveria ser promovida pela Liga Pedagógica.

Estas sugestões propostas por Delgado de Carvalho estavam direcionadas à iniciativa privada, pois, segundo ele, o colégio oficial modelo, o Colégio Pedro II, já estava empenhado na reformulação do programa.¹⁶³

O programa de Geografia do Colégio Pedro II elaborados pelos professores Raja Gabaglia e Honório Silvestre representam, na visão de Delgado de Carvalho, um exemplo do que seriam os programas no futuro:

“(…) um novo tipo máximo exigível em um mínimo de pontos.

Os professores Fernando Raja Gabaglia e Honório Silvestre não recuaram diante de uma inovação radical e assumiram, pode-se dizer, uma atitude peremptória diante da opinião pública pedagógica. Não esboçaram timidamente um gesto no sentido dos métodos modernos, fizeram ‘tabua rasa’ e construíram um novo edifício, consultando o que havia de melhor no estrangeiro, a luz dos interesses da educação nacional.”¹⁶⁴

Para Delgado de Carvalho, o valor deste programa de Geografia estava na definição mais precisa do que poderia ser exigido de um candidato nos exames de Geografia.

“Segundo os antigos programas, os pontos abrangiam vagamente tudo, sem salientar quase nada. Reinava um tácito acordo entre os professores de geografia de que era bom falar de vez em quando de ‘métodos modernos’ e ‘nova orientação’ da ciência geográfica, mas de que convinha, na prática, ignorar isso tudo e seguir o caminho antigo, isto é, solicitar unicamente esforços de memória. Nos compêndios, o ‘método moderno’ era apenas representado pela inovação de algumas gravuras, relativas ao teatro de Manaus, ao palácio do governo de Florianópolis, e algumas delegacias fiscais. O resto era ainda a sólida e massiça nomenclatura a decorar: era o que parecia exigir o programa.”¹⁶⁵

¹⁶³ Ib. Idem, p. 12-14.

¹⁶⁴ Ib. Idem, p. 23.

Para Delgado de Carvalho, este programa do Colégio Pedro II procurou sugerir que o professor de Geografia deveria se empenhar em modificar o método de estudo facilitando ao aluno o conhecimento de fatos atuais, assim ele deveria explicar no mapa, por exemplo, “a questão da borracha, suas fases principais e sua posição atual”.¹⁶⁶ Delgado de Carvalho tinha a consciência de que um programa não poderia transformar um ensino profundamente arraigado. Mas como era regra geral estudar para passar nos exames e os exames eram regulados pelo programa de ensino de Geografia do Colégio Pedro II, ele acreditava que os métodos teriam “forçosamente de mudar algum dia para enfrentar os novos exames.”¹⁶⁷

Cabia, segundo Delgado de Carvalho, a objeção levantada de que, até aquele momento, nenhum compêndio de Geografia estava nos moldes do programa de Ensino de Geografia do Colégio Pedro II.

“Qualquer manual serve, contando que o professor saiba utilizá-lo, agrupando os assuntos como se acham no programa. Se os catedráticos de Geografia do Colégio Pedro II tivessem esperado que os compêndios mudassem, teriam feito o que estavam fazendo os escritores de compêndios, isto é, esperado que os programas mudassem; era o círculo vicioso que a iniciativa autorizada felizmente rompeu.”¹⁶⁸

Outra objeção surge dos pontos que limitados, escolhiam claramente uma questão julgada importante, na qual geralmente eram ligados conhecimentos de Geografia Física a conhecimentos de Geografia prática e econômica. Assim, novos assuntos foram introduzidos por este programa de ensino e o professor deveria estar preparado para enfrentá-los em sala de aula:

“Por exemplo em chorografia do Brasil: “O Porto do Recife”; “Minas Gerais Província e Estado”; “A terra roxa e o café”. Dirão os críticos: “onde encontrará o aluno dados para enfrentar tais perguntas?” Não há professor de geografia que mereça esse nome que não possa dizer a seus alunos duas palavras sobre cada um destes assuntos e, se não puder, o diretor do estabelecimento que se lembre

¹⁶⁵ Ib. Idem, p. 24.

¹⁶⁶ Ib. Idem, p. 25.

¹⁶⁷ Ib. Idem, p. 25.

¹⁶⁸ Ib. Idem, p. 25.

da grande aflição do país na luta com a falta de braços e das oportunidades que tem um mau professor de geografia de ser um bom capinador.”¹⁶⁹

A partir da reforma Rocha Vaz, foi adotada uma nova orientação dos estudos de geografia secundária em nosso país, isto é o ensino de Geografia deixou de mnemônico:

“Nos programas de Geografia do Colégio Pedro II venceram por fim as grandes tendências do moderno ensino geográfico, isto é: 1º A preocupação de restituir aos fenômenos o seu quadro natural, pela escolha de regiões naturais, como base do estudo physiográfico – 2º A preocupação de ligar o mais possível as questões de geografia pura as de geografia econômica que dominam o mundo e contribuem para explicá-lo. Boa parte das “descrições especiais” tem por fim operar esta concatenação necessária – 3º A resolução decidida de atualizar os assuntos geográficos, adaptando pontos práticos, mantidos em dia, e sacrificando outros julgados menos necessários. É assim visada especialmente a educação do jovem brasileiro, inteirado na exposição sumaria dos grandes interesses de sua pátria. Assim poderá ele sair da escola sem ter novos esforços a fazer para assimilar questões que nunca estudou, deixando de lado pesada bagagem mnemotechnica, acumulada e inútil; poderá sair enfronhando-se imediatamente nos principais assuntos, com bases sólidas (que os outros, improvisados pela vida não tem), restando-lhe apenas o trabalho fácil e interessante de manter em dia os seus conhecimentos geográficos – econômicos.”¹⁷⁰

Assim, percebemos a influência de Delgado de Carvalho na elaboração deste programa de ensino, principalmente, quando este adota a análise do território brasileiro a partir da divisão regional defendida por ele. Ele encontrou interlocutores no interior do Colégio Pedro II, outros professores de Geografia, e teve poder de convencimento para alterar o programa de ensino, substituindo o ensino da Geografia do Brasil pela divisão administrativa pelo estudo através da divisão regional.¹⁷¹

Assinada por Getúlio Vargas, a reforma Francisco Campos (15/04/1931) é considerada a mais importante na história da renovação da educação brasileira.¹⁷² Nesta

¹⁶⁹ Ib. Idem, p. 26.

¹⁷⁰ Ib. Idem, p. 26-27.

¹⁷¹ Delgado de Carvalho foi professor e diretor do Colégio Pedro II.

¹⁷² A criação do Ministério da Educação, no governo de Getúlio Vargas, estabeleceu um projeto de ensino para todo o país, fazendo parte de uma política estabelecida e coordenada pelo Estado.

reforma educacional inspirada no sistema alemão, o ensino secundário passou a ser de sete anos, dividido em duas partes: o ginásial em cinco anos e o complementar em dois. O curso complementar subdividia-se em três: Pré-politécnico, Pré-médico e Pré-jurídico e seria uma adaptação dos estudantes às futuras especializações profissionais. Estes cursos passaram a funcionar como cursos anexos às escolas superiores.¹⁷³

O Colégio Pedro II continuava como modelo, mas o currículo deixou de ser um reflexo do que se propunha neste colégio, passando a ser estabelecido e coordenado pelo governo em suas várias esferas.

Esta reforma deu grande destaque à Geografia e passou a ser ensinada nas cinco séries do curso ginásial, havendo ainda a Geografia Humana que seria ensinada na primeira série do curso complementar, pré-jurídico, que dava acesso às Faculdades de Direito. Era ainda disciplina exigida no vestibular para os cursos de Direito.

Segundo a reforma Francisco Campos, o ensino da Geografia no curso secundário teria os seguintes assuntos: no primeiro ano – Geografia Geral; no segundo ano – Geografia Geral dos Continentes e do Brasil; no terceiro ano – Geografia Política e Economia Geral e do Brasil; no quarto ano – Geografia de alguns países e regional do Brasil e no quinto e último ano – Elementos de Cosmografia, Meteorologia e Climas, o elemento sólido e líquido, e Geografia Comparada da América.¹⁷⁴

Um fato marcante na história do ensino da Geografia foi a criação das Faculdades de Filosofia Ciências e Letras. Este fato marca o início do ensino da Geografia em nível superior e o aparecimento de um novo profissional, o professor licenciado em Geografia e História.¹⁷⁵

A criação do curso de Geografia naturalmente teve repercussão sobre o ensino dessa disciplina no curso secundário e animou novos professores a escreverem compêndios que refletiam as mudanças que ocorreriam com a qualificação do profissional que atuaria nas salas de aulas como professor desta disciplina. Daí, surgirem, na década de 30, as coleções de livros, um volume para cada série, escrito por Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo.

Os livros de Aroldo de Azevedo demonstravam uma grande influência de Emanuel de Martonne na parte física e de Vidal de La Blache e de Albert Demangeon

¹⁷³ Colesanti, 1984, Op. Cit., p. 43.

¹⁷⁴ Anexo 4 - Programa de Ensino de Geografia de acordo com a reforma Francisco de Campos.

¹⁷⁵ Podemos também lembrar uma iniciativa anterior que intencionava colaborar com a formação dos professores que atuavam como docentes dessa disciplina. A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro

na parte humana. Do ponto de vista da organização e distribuição das matérias este geógrafo francês, Demangeon, exerceu uma influência decisiva, através dos seus manuais publicados pela Hachette, sobre a coleção de Aroldo de Azevedo, publicada pela Companhia Editora Nacional.¹⁷⁶

O programa do curso fundamental, elaborado nesta reforma educacional, substituiu:

“(...) o estudo sem objetivos práticos, realizado em dois anos, por um de cinco anos com um menor número de horas semanais”.¹⁷⁷

Nesta reforma, a Geografia reconquistou a posição de destaque obtida pela reforma Benjamin Constant e passou a ser ensinada em todas as séries do currículo da escola secundária. O programa de ensino de Geografia da reforma anterior foi aproveitado quase que integralmente, tendo uma melhor distribuição do conteúdo. Os tópicos deste programa estavam organizados de uma forma que os alunos, no primeiro ano, adquiririam os conceitos gerais da disciplina para depois compor a região natural. No quinto ano, esses conceitos seriam retomados para serem melhor assimilados pelos alunos. O conteúdo programático do segundo, terceiro e quarto anos estava bem distribuído partindo do estudo da Geografia Geral para a Geografia do Brasil.¹⁷⁸

O esforço conjunto dos professores de Geografia do Colégio Pedro II e de intelectuais como Delgado de Carvalho, encontrou nesta reforma, as condições ideais para o aperfeiçoamento do programa de ensino de Geografia que vinham elaborando desde 1925.¹⁷⁹ Assim, percebe-se nesta reforma que a Geografia reconquistou seu devido lugar no currículo do ensino secundário.

Os responsáveis pela elaboração desse programa, interessados na melhoria do ensino de Geografia e com a preocupação de evitar sobrecarregar os alunos nas séries iniciais do curso ginásial, propuseram mudanças, tendo em mente as seguintes finalidades:

oferecia, por volta de 1920, um curso de formação de professores, organizada por Everaldo Bauckaser e Delgado de Carvalho.

¹⁷⁶ Andrade, M. C. de. Caminhos e descaminhos da Geografia. Campinas / São Paulo, Papirus, 1993, p. 58-59.

¹⁷⁷ Zarur, 1941, Op. Cit., p. 245.

¹⁷⁸ Colesanti, 1884, Op. Cit., p. 46.

¹⁷⁹ Issler, 1973, Op. Cit., p. 153.

“1- Evitar que um aluno aos doze ou treze anos, isto é, na segunda série ginásial, fosse considerado “bacharel em geografia”, e ficasse definitivamente isento do estudo dessa disciplina nos anos seguintes, justamente na época em que ele teria maior capacidade para aprender os seus mais significativos ensinamentos.

2- Distribuir as noções elementares da geografia por maior número de anos, afim de ministrar em várias fases do desenvolvimento mental do aluno os conhecimentos indispensáveis, como sedimentos sucessivos depositados em dilatados períodos”.¹⁸⁰

A reforma Francisco Campos apresenta uma novidade no Programa de Geografia: a aula prática. Este procedimento de ensino possibilitava a visualização de vários aspectos geográficos que eram trabalhados durante as aulas de Geografia. A aula prática já era adotada, muito antes, em escolas de outros países.¹⁸¹

Como vimos até aqui, as iniciativas de Delgado de Carvalho foram empreendidas na construção de um ensino da Geografia calcado nos métodos científicos. Ele tinha a consciência de que não resolveria os problemas do ensino da Geografia sem antes resolver a questão da formação dos professores.

As reformas educacionais anteriores à reforma proposta por Francisco Campos não procuraram resolver o problema da formação profissional dos professores secundários, que eram, em sua grande maioria, autodidatas. Nas quatro primeiras décadas do século XX, não houve qualquer preocupação na solução desse problema.

Antes da formação da primeira geração de licenciados nas Universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, o elenco de conteúdos que deveriam constar do programa de ensino de Geografia era “ditado” pelo Colégio Pedro II (do Rio de Janeiro) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Assim, podemos concluir que os programas oficiais eram estabelecidos de cima para baixo e deveriam ser seguidos rigidamente. Os professores de Geografia do Colégio Pedro II geravam esses programas que deveriam ser transplantados para os demais colégios de ensino secundário de todo o país. Assim, os professores de Geografia da rede pública ou particular escolhiam os manuais didáticos que mais se aproximassem dos programas de ensino.

¹⁸⁰ Zarur, 1941, Op. Cit., p. 245.

¹⁸¹ Colesanti, 1884, Op. Cit., p. 46.

Os professores eram meros reprodutores de conhecimentos elaborados noutra lugar, longe da vivência de seus alunos. Desta forma, os professores deixavam de contribuir para o desenvolvimento da criatividade do aluno.

Depois de alguns anos de magistério, o professor não precisava mais preparar suas aulas: as lições eram as mesmas, eles as memorizou, a aula era uma simples rotina e não havia a necessidade de grandes atualizações.

Nesses programas de ensino, o ponto de partida para se estudar alguma realidade nacional tradicionalmente possuía um esquema pré-definido (a localização, as coordenadas geográficas, o meio físico etc.). A agricultura, por exemplo, era sempre vista antes da indústria. Isso acabava deixando a falsa impressão de que a agricultura não era e é subordinada aos interesses urbano-industriais.

Os assuntos geográficos, nesses programas de ensino, eram abordados de forma extremamente fragmentada pelos geógrafos positivistas. Esta abordagem não levava o aluno à reflexão sobre a realidade de seu espaço. E em certa medida, acabou repondo a prática da memorização de informações, tão criticada pelos “novos geográficos” do início do século XX.

A proposta de Delgado de Carvalho só materializou-se plenamente com a reforma Capanema de 1942, quando a Geografia adquiriu grande valor como disciplina, atingindo uma enorme importância no currículo escolar, paralela àquela que já apresentava nos Institutos de Pesquisa e nas unidades de ensino superior, recém-fundados. Assim, estabeleceu-se, como desejava Delgado de Carvalho, uma preocupação com o método de pesquisa e de ensino, com a distribuição dos conteúdos e com a localização dos fatos no espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Delgado de Carvalho foi um dos intelectuais do início do século XX que contribuiu para a edificação de uma Geografia de cunho científico no Brasil. Vivenciou o processo de institucionalização da Geografia em nível secundário e universitário, contribuiu ativamente e desempenhou um importante papel nesse sentido.

Delgado de Carvalho não estava preocupado em se enquadrar como um autêntico geógrafo da “Escola Francesa”, apesar de possuir forte formação desta concepção de Geografia. Comumente consideram que seu trabalho pertencia a esta Escola de pensamento geográfico, mas, contrariando essa especulação, ele não se restringiu a uma única “escola”. Dessa forma, percebemos o quanto é complexo enquadrar um autor a uma determinada corrente de pensamento.

Devemos ter em mente que, no Brasil, a Geografia Moderna foi veiculada primeiramente, nos currículos escolares e só posteriormente no ensino superior. Carlos Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser, professores do Colégio Pedro II, estão entre os estimuladores maiores da Geografia que veio instalar-se no Brasil na década de 30. Eles implementaram as primeiras grandes discussões em torno dessa disciplina escolar.

Anselmo, que estudou em sua tese de doutorado o movimento de modernização do ensino da Geografia ocorrido no início do século XX, considera esses dois professores como as duas principais vertentes epistemológicas dessa disciplina na década de 20. Para ele, esses professores trabalharam diretamente na divulgação e na

oficialização de novos paradigmas geográficos, tanto no ensino secundário como primário¹⁸².

Quando, na década de 1930, chegaram os mestres franceses para atuarem junto aos cursos superiores de Geografia, Delgado de Carvalho já havia colaborado intensamente pelo reconhecimento da importância desses estudos no ensino secundário. Dessa forma, destaca-se enquanto um intelectual que desempenhou um papel significativo no processo de institucionalização da Geografia.

Assim, destaca-se, é claro, na tentativa de fundamentar uma Geografia científica, e por isso é considerado nosso primeiro geógrafo, mas não estava sozinho neste trabalho como muitos podem assim considerar. Everardo Backeuser, Fernando Raja Gabaglia, Sylvio Fróis de Abreu, Raimundo Lopes são outros nomes que podem e devem ser lembrados por aqueles interessados em analisar o processo de institucionalização da Geografia.

Tendo iniciado sua produção de livros didáticos de Geografia, em 1913, inovou a forma de se produzir o conhecimento geográfico em nível de disciplina escolar em nosso país. O modelo de Geografia esboçado por Delgado de Carvalho serviu, nas décadas seguintes, como exemplo a ser seguido. Assim não só influenciou outros autores de livros didáticos como os planos de ensino elaborados no Colégio Pedro II.

Ao introduzir, em seus livros didáticos, assuntos que preocupavam a elite intelectual brasileira de sua época, possibilitou que as discussões, até então restritas a poucos leitores, fossem levadas às salas de aula do ensino secundário. Ao se tornar modelo para outros autores de livros didáticos, percebemos a relevância de seu trabalho.

Dessa forma, que fique registrada sua intensa atuação junto ao movimento de modernização pelo qual passou o Brasil daqueles anos, no qual se definiu um perfil mais científico para a Educação. Seus esforços de tornar mais científico e menos memorizantes os estudos geográficos dão-se desde a década de 10. A Geografia de nomenclatura praticada até então passou a sofrer uma nova abordagem, tomou um rumo mais analítico e procurou estabelecer relações entre os fenômenos, introduzindo novos temas e adequando-se às mudanças pelas quais o país atravessava. Esta nova abordagem foi conduzida por profissionais como Delgado de Carvalho, Everardo Backeuser, Raja Gabaglia, Honório Silvestre entre outros.

¹⁸² Anselmo, 2000, Op. Cit.

Sem dúvida alguma, é reconhecida a importância de Delgado de Carvalho para o ensino da Geografia. Reconhecemos a sua preocupação em transformar a Geografia em disciplina escolar e, ao fazê-lo, aproxima essa disciplina de sua profissionalização. Porém, gostaríamos de chamar a atenção para os exageros do ineditismo por muitas vezes e, insistentemente, presentes em alguns trabalhos acadêmicos. O bom-senso pede para considerá-lo um dos precursores da Geografia em nosso país.

Reconhecemos a importância desse intelectual, contextualizado ao debate de seu tempo, mas sem desconsiderar seus interlocutores. Como já salientamos, nosso autor faz parte de um movimento de modernização do ensino dessa disciplina e não concordamos em considerá-lo o pioneiro da Geografia brasileira. Rejeitamos alguns rótulos, que muitas vezes nada acrescentam ao trabalho intelectual, muito pelo contrário, criam uma aura que impede visualizar a trajetória de um intelectual marcada por contradições e, sobretudo, por seu tempo, ou seja, alguns como os de pioneiro impedem, por muitas vezes, reconhecer o tempo histórico em que aquela concepção foi construída e os interlocutores com os quais debateu-se naquele momento.

Estudos sobre esse e outros assuntos merecem uma maior atenção por parte dos pesquisadores, que se interessam pela história do pensamento geográfico em nosso país. Apesar de nossas limitações, esperamos ter contribuído para o entendimento do momento de constituição da Geografia enquanto saber institucionalizado. Mas, neste momento, só nos resta o sentimento que muito trabalho de pesquisa ainda deve ser empreendido para a compreensão dos papéis desempenhados por diversos intelectuais brasileiros na constituição da Geografia enquanto disciplina escolar e científica. Porém, o tempo se esgota e temos que finalizar esta dissertação, sem deixar que o desejo de continuarmos contribuindo com a análise da Geografia escolar brasileira desapareça.

ANEXOS

Anexo 1 – Programa de Ensino de Geografia para os dois primeiros anos do ensino secundário, reforma Benjamin Constant¹⁸³:

Primeiro Ano

Esphera celeste, astros e estrelas.

Sol. Movimentos reaes e apparentes. Eclíptica. Constelações Zodiacaes.

Planetas e Cometas.

Estrelas Cadentes, Bólides, Aerolitnos, Luz Zodiacal.

Sistema Ptolomeu e Copérnico. Leis de Kepper.

Attracção e Repulsão. Forma da Terra. Suas dimensões.

Movimentos da Terra. Conseqüências Physicas desses movimentos. Horizonte.

Differença Horária.

Superfície da Terra. Eixo. Pólos. Linhas e zonas traçadas em sua superfície.

Continentes e Ilhas e seus accidentes. Dimensões comparadas. Definições relativas às Terras.

Oceanos e suas divisões. Lagos. Rios. Definições relativas as águas.

Pontos Cardeais e Collateraes. Carthas Geográficas. Escalas e principaes medidas itinerárias. Latitude e longitude.

Clima. Distribuição dos vegetaes e animais pela superfície da Terra. Linhas isoghermicas, isótheras e isochimenas. Estremas de temperatura.

Brazil: Posição, Superfície e Configuração Geral. Clima e Principaes
 Produções. Divisão política em geral. Principaes cidades. Estados Limitrophes.
 Brazil: Baias. Ilhas.
 Brazil: Sistemas Orographico, grandes planícies.
 Brazil: Rios Amazonas, S. Francisco e Paraná.
 Brazil: Rios secundários. Lagos.
 Brazil: Divisões políticas em geral da América. Limites e Posições
 Astronômica. Grandes cidades. Produções mais importantes.
 Idem. Idem. Idem. Idem. Da Europa.
 Idem. Idem. Idem. Idem. Da Ásia.
 Idem. Idem. Idem. Idem. Da África.
 Idem. Idem. Idem. Idem. Da Oceania.
 Mares, Golfos e Estreitos da América.
 Ilhas da América (Nações a que pertencem).
 Penínsulas, Isthmos e Cabos da América.
 Sistemas Orographicos da América.
 Volcões, maciços, planícies e esteppes da América.
 Vertentes, linhas de divisões das águas, lagos e lagoas da América.
 Rio da América.
 Mares, Golfos e estreitos da Europa.
 Ilhas da Europa.
 Penínsulas, Isthmos e cabos da Europa.
 Sistema Orographico da Europa.
 Volcões, maciços, planícies, esteppes, vertentes, linha de divisão de águas,
 lagos e lagoas da Europa.
 Rios da Europa.
 Mares, Golfos e estreitos da Ásia.
 Ilhas da Ásia.
 Penínsulas, Isthmos e cabos da Ásia.
 Sistema Orographico da Ásia.
 Volcões, maciços, depreções, esteppes, desertos, vertentes e lagos da Ásia.
 Rios da Ásia.
 Mares, Golfos, estreitos e ilhas da África.
 Penínsulas, cabos, sistema orographico, Volcões e desertos da África.
 Lagos, Lagunas e rios da África.

¹⁸³ Transcrito de Colesanti, 1984, Op. Cit. Pág. 17-20 apud Programa de Ensino do Colégio Pedro II, Rio

Mares, Golfos, estreitos, Lagos, Lagunas e rios da Oceania.

Penínsulas, Cabos, Sistema Orographico e Volcões da Oceania. Mais altos maciços, montanhas e volcões do globo.

Idem Idem do Brasil.

Exercícios Cartográficos sobre os continentes, no princípio a vista e depois de cor, procedendo sempre dos traços geraes para os particulares.

Segundo Ano

Geografia Política e Econômica, Superfície, população, divisão, e forma de governo de um Estado. População Geral do Globo.

As religiões.

Povos selvagens, bárbaros e civilizados. Raças humanas.

Brazil: Produções, commercio e industria; vias de comunicação e telegráficas.

Brazil: População, Organização Política e Administrativa, religião, Instrucções.

Brazil: Estados do Amazonas e Matto Grosso.

Brazil: Estados de Goyas e Pará.

Brazil: Estado de Minas Geraes.

Brazil: Estados do Maranhão e Piauhy.

Brazil: Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba.

Brazil: Estados de Pernambuco e Alagoas.

Brazil: Estados de Sergipe e Bahia

Brazil: Estados do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e do Districto Federal.

Brazil: Estados de São Paulo e Paraná.

Brazil: Estados de Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

Repúblicas do Paraguay, Uruguay e Argentina.

Repúblicas do Chile, Bolívia e Peru.

Repúblicas do Equador, Colômbia, Venezuela e Guyanas.

Antilhas e América Central.

México e Confederação Canadiana.

Estados Unidos.

Inglaterra e Possessões.

Dinamarca e Possessões. Suécia e Noruega.

França e Possessões. Principado de Mônaco.

Bélgica e Hollanda e Possessões.

Alemanha e Possessões.

Áustria Hungria. Principado de Liechtenstein.
 Suíça e Portugal.
 Hespanha, República de Andorra.
 Itália, República de S. Marino.
 Rússia.
 România, Sérvia, Montenegro e Bulgária.
 Turquia e Grécia.
 Possessões russas da Ásia. Turkestão.
 Turquia d'Ásia. Pérsia.
 Arábia, Afghañistão e Belutchistão.
 Hindostão.
 Indo-china, Japão.
 China.
 Barbaria e Saara.
 Egypto, Núbia e Abyssinia.
 África Occidental e Colônia do Cabo.
 África Oriental e Central.
 Malásia e Polynésia.
 Austrália e Terras antárticas.
 Círculos da Esphera celeste.
 Estações.
 Posição da Esphera. Dias, sua duração nas diversas latitudes.
 Lua. Suas phases. Revolução sideral e revolução synodica. Mares.
 Eclipses da lua e do Sol. Sua periodicidade. Exercícios Chartographicos, no
 princípio a vista e depois de cor sobre os diversos paízes estudados,
 especialmente o Brazil, limitando-se porém a traços geraes.

Anexo 2 – Programa de Ensino de Geografia para o terceiro ano do secundário:

Terceiro Ano, segundo a reforma Rivadávia da Cunha Bueno.¹⁸⁴

Corographia; situação, superfície, limites, aspectos physico, clima, salubridade, orographia, potamographia, notícia histórica e governo dos Estados do Amazonas e Pará.

Idem dos Estados do Maranhão e Piauhy.

Idem dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

Idem dos Estados da Parahyba do Norte e de Pernambuco.

Idem dos Estados de Alagoas e Sergipe.

Idem dos Estados do Rio de Janeiro e do Districto Federal.

Idem dos Estados de São Paulo e Paraná.

Idem dos Estados da Bahia e Espírito Santo.

Idem do Estado do Rio de Janeiro e do Districto Federal.

Idem dos Estados de São Paulo e Paraná.

Idem dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Idem do Estado de Minas Geraes.

¹⁸⁴ Transcrito de Colesanti, 1984, Op. Cit. . pág.28-29 apud Programas de Ensino do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, Empreza Photo – Mechanica do Brasil, 1912.

Idem dos Estados de Goyas e Matto Grosso.

Costa, Portos de Primeira Ordem, Cabotagem, Commercio com o exterior, importação e exportação do Brazil.

Costa, Portos de segunda ordem, cabotagem, commercio internacional.

Vertentes, navegação fluvial, commercio interior, portos fluviais.

Estructura geológica, mineralogia, flora e fauna.

Climatologia e salubridade, aclimação dos diversos estados.

Agricultura, Industria e Commercio.

Viação: Companhia de navegação Nacionais e estrangeira.

Viação: Estradas de Ferro, principaes Estradas de Ferro, principaes de rolagem.

Correios e Telegraphos.

Ethnographia e colonização do Brazil.

Estudo comparativo da População do Brazil com a dos diversos paizes e da população dos Estados entre si.

Cosmographia, astros, esphera celeste.

Estrelas, Costellações.

Sistema Planetário.

Gravitação Universal: Leis de Kepler, de Newton.

Terra, forma, posição, dimensões e movimentos.

Atmosfera e meteoros.

Desigualdade dos dias e noites, zonas e estações.

Lua, movimentos e phases da lua, sua influencia sobre as mares.

Eclipses.

Estrellas fixas. Costellações Zodiacaes, Estrellas Cadentes, Bólidos e aerólitos, nebulosas.

Carta geographica, seus elementos, projecções.

Calendários.

Problemas de Cosmographia.

Anexo 3 – Lições de geografia destinadas ao segundo ano do ensino secundário, segundo a reforma Luiz Alves Rocha Vaz.¹⁸⁵

“Segundo Ano

Parte Geral (40 lições)

Situação Geographica – aspecto geral – área e pontos extremos – a posição do Brasil no continente Sul-americano; dados comparativos.

Fronteiras terrestres – tipos de fronteiras. Histórico sumário de sua formação.

Linhas convencionaes, demarcadas e a demarcar – esboço geographico: Uruguai, a Lagoa Mirim; Argentina, o território das “Missões”; Paraguay; Bolívia; o Acre; Peru; Colômbia; Venezuela; as Guianas – os arbitramentos; a obra de Rio Branco.

Relevo – aspecto geológico – classificação por sistema orográficos – Maciço Atlântico (Serra do Mar, Serra Geral, Mantiqueira). Maciço central (Sistema Goiano, Sistema Matto grossense) – Maciço Nortista – Maciço Guianense.

Estudo especial da Serra do Mar e da Mantiqueira – formação, orientação, altitude, gargantas e passos.

¹⁸⁵ Transcrito de Colesanti, 1984, Op. Cit. . pág.37-41. apud Programas do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro: Typographia da Encadernadora, 1928, p. 18.

Planaltos e Planícies – relações geográficas intercomunicações entre as bacias fluviais.

Litoral – morfologia: aspectos e relações geográficas com o relevo – tipos de costas – mangues, recifes, barreiras, lagoas costeiras, dunas – elevação do litoral; os sambaquis.

O Atlântico do Sul – relevo – correntes, mares – ilhas oceânicas.

Descrição do litoral – Litoral septentrional, o archipelago amazônico – litoral oriental: a Bahia – litoral meridional: baías de Guanabara, Paranaguá; cabos e ilhas – a costa do Rio Grande do Sul.

Clima – posição astronômica do Brasil – Latitude e Altitude – Distribuição das temperaturas, dos ventos e das chuvas – tipos de climas: super-humidos, semi-árido e semi-húmido; de planície e de altitude – exemplos especiais: Pará, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

Salubridade e Colonização – importância dos serviços meteorológicos para a agricultura.

Hydrographia – os grandes centros de dispersão de água – vertentes – rios do planalto e de planícies – dados comparativos – os lagos e regiões lacustres.

Bacias Hydrographicas: o Amazonas, regime, curso e delta – rios temporários do Nordeste, vertente oriental dos planaltos, estudo especial do São Francisco – o Paraíba e seus afluentes – rios meridionais. Recursos

Parte Regional (40 lições)

As regiões naturais do Brasil – Divisão Regional do País – Bases Geográficas racionais desta divisão – Distribuição dos Estados.

I – Brasil Septentrional ou Amazônico (Estados do Pará e Amazonas, território do Acre)

Descrição geral: Posição, extensão, aspecto físico, hydrographia – Vegetação e recursos naturais – Cidades Principais.

Descrição especial: o rio Amazonas como rede de viação e caminho de penetração – A pesca fluvial e recursos econômicos da Amazônia – A questão da borracha – Os campos de criação – Os portos de Manaus e Belém.

II – Brasil Norte Oriental (Estados do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas)

Descrição geral: Posição, extensão, aspecto físico, litoral – A zona semi-árida – Recursos Naturais – Cidade.

Descrição especial: O nordeste, primeira colonização, domínios estrangeiros, formação das unidades políticas – Zona de criação e zonas agrícolas – A luta contra as seccas; grandes açudes – O Maranhão, como região de transição entre a Amazônia e o Nordeste – A emigração cearense – As salinas do Rio Grande – O porto de Recife.

III – Brasil Oriental (Estados de Sergipe, Bahia, Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro; o Distrito Federal).

Descrição geral: Posição, extensão, subregiões naturais: litoral, serra e planalto – Climas – Rios – Os recursos econômicos – Cidades.

Descrição especial: Bahia, a antiga metrópole e os bandeirantes bahianos – O caminho das minas – História do Rio de Janeiro – Minas Geraes, província e Estado – Os períodos econômicos: período da mineração, período cafeeiro; a evolução actual para a polycultura – Os climas: typos de climas de montanhas, cidades de verão e cidades d’agua – A Bahia: café, cação, couros, fumo e borracha – Minas: reservas de ferro, manganez e pedras: o gado – O porto do Rio de Janeiro – A Capital da República centro econômico, social, político e intelectual.

IV – Brasil Meridional (Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul).

Descrição geral: Posição, extensão, subregiões naturais: litoral, serra, planalto e planície rio-grandense, Climas, rios, recursos naturais, população, cidades.

Descrição especial: S.Paulo, centro histórico da colonização do sul – História do Rio Grande do Sul – A terra roxa e o café: colonização, os Estados do Sul e a evolução para a polycultura – A criação do gado e os frigoríficos – Indústria manufactureira em S. Paulo – As mattas do Paraná – O matte e os mercados sul-americanos – O Rio Grande: a região serrana, colonial e agrícola; a região da campanha, criadora – Rêdes ferroviarias do sul e portos – Santos, empório mundial do café – Os mercados estrangeiros, a importação americana – A barra do Rio Grande – O porto das Torres.

V – Brasil Central (Estados de Mato Grosso e Goiaz)

Descrição geral e especial: O relevo – A hydrographia – A penetração do interior; fundação de Goiaz – O acesso de Matto Grosso por via fluvial e por via férrea: a “Noroeste” – Principaes centros e recursos econômicos.

Durante o anno, o professor fará exercícios de esboços cartographicos e de mappa mudo.

A descrição “especial” consta de themas que servirão de assumpto às prelecções do professor, procurando este apontar os aspectos mais interessantes e próprios de cada região do Brasil.

Anexo 4 – Programa de Ensino de Geografia de acordo com a reforma Francisco de Campos.¹⁸⁶

Primeiro Ano

I – Prolegômenos: Sistema Solar, a Terra no Espaço, a lua, Constelações, Coordenadas, fusos, estações, etc.

II – Geografia Física: Estrutura da Terra, distribuição das terras e mares.

III – Práticas de Geografia:

Segundo Ano

I – Geografia Geral dos Continentes:

II – Geografia Física do Brasil:

III – Práticas de Geografia:

Terceiro Ano

I – Geografia Política e Econômica:

II – Geografia Política e Econômica do Brasil:

Quarto Ano

I – Geografia dos Principais países:

II – Geografia Regional do Brasil:

Quinto Ano

I – Elementos de Cosmografia:

¹⁸⁶ Transcrito de Colesanti, 1984, Op. Cit. . pág.44-46. apud Coleções de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1931 – Atos do Governo Provisório, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

- II – Meteorologia e climas:
- III – O elemento sólido:
- IV – O elemento líquido:
- V – Elementos de Biogeografia:
- VI – Geografia Comparada da América:

BIBLIOGRAFIA GERAL DE DELGADO DE CAVALHO:

Livros:

CARVALHO, C.M. Delgado de. Um Centre Economique au Bresil (Estado de Minas). Paris, Livraria Aitland, 1908.

_____. Le Brésil Meridional – étude économique. Paris, E. DESFOSSÉS, 1910.

_____. Geografia do Brasil. Tomo I. Geografia Geral. Rio de Janeiro, Empo. Foto-Mecânica, 1913.

_____. Climatologie du Brésil. Londres, 1916.

_____. Météorologie du Brésil. Londres, John Bale, Sans & Danielson, 1917.

_____. Origem e formação da Língua Inglesa. Rio de Janeiro, 1920.

_____. Geografia Econômica da América do Sul. Rio de Janeiro, Livraria Briguiet, 1921.

_____. Fisiografia do Brasil. (Curso da Escola de Independência do Exército). Rio de Janeiro, 1923.

_____. Geografia Econômica (Conferências no Estado maior do Exército). Rio de Janeiro, 1923.

_____. Geografia do Brasil. De acordo com o Programa do Colégio Pedro II, de 1923. (livro indicado pelo programa). Rio de Janeiro, Empresa Gráfico-Editora, 1923.

_____. Geografia Elementar. Rio de Janeiro e São Paulo, Weizflog Irmão Incorp, Rio de Janeiro, 1924.

_____. Metodologia do Ensino Geográfico (Introdução aos Estudos da Geografia Moderna). Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1925.

_____. Metodologia do Ensino Geográfico – Introdução ao Ensino de Geografia Moderna. Petrópolis, Tipografia das Vozes de Petrópolis, 1925.

_____. Corografia do Distrito Federal. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1926.

_____. Historia da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1926.

_____. Geografia Econômica. Rio de Janeiro, Escola de Intendência do Exército, 1928.

_____. Introdução a Geografia Política. Rio de Janeiro, 1929.

_____. Geographia do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves 5ª edição completa, 1930.

_____. Sociologia. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1931.

_____. Atlas Pluviométrico do Nordeste. Publicação Oficial da Inspeção de Obras contra a seca. Rio de Janeiro, Livraria Científica Brasileira, 1931.

_____. Exercícios Cartográficos – As principais potências. Rio de Janeiro, 1931.

_____. A Escola como Ajustamento Social. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1931.

_____. Sociologia Educacional. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1933.

_____. Geografia Humana, Política e Econômica. São Paulo, Editora Nacional, 1933.

_____. Sociologia e Educação. Rio de Janeiro, Livraria Guanabara, 1934.

_____. Sociologia Experimental. Rio de Janeiro, Livraria Civilização Brasileira, 1934.

_____. Geografia Humana, Política e Econômica. São Paulo, Livraria Editora Nacional, 1934.

_____. História Geral. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1935.

_____. Sociologia Aplicada. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.

_____. Geografia Humana, Política e Econômica. 2º ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.

_____. Práticas de Sociologia. Porto Alegre, Livraria Editora Globo, 1939.

_____. Geografia Elementar. São Paulo e Rio de Janeiro, Companhia Melhoramentos, 1940.

_____. O canto da Sereia. Rio de Janeiro, 1940.

_____. Texto Atlas de Geografia. Rio de Janeiro, Instituto Geográfico Agostini, 1940.

_____. Lectures on brazilian Affairs Houston, Rice Institute, 1940.

_____. Geografia Física e Humana. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941.

_____. Exercícios e Práticas de Geografia. Rio de Janeiro, Instituto Geográfico Agostini, 1941.

_____. Blocos – Diagramas. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1942.

_____. Geografia Física e Humana. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943.

_____. Geografia dos Continentes. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943.

_____. Geografia Geral do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943.

_____. Geografia Regional do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 4º ed., 1943.

_____. *Súmulas de Geografia Colegial*. São Paulo, Companhia Editora nacional, 1949.

_____. *Didática das Ciências Sociais*. Belo Horizonte, Secretaria da Educação, 1949.

_____. *Geografia Física e Humana do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 8º ed., 1949.

_____. *Introdução Metodológica aos Estudos Sociais*. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1957.

_____. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. *África – Geografia Social, Econômica e Política*. Rio de Janeiro, IBGE, 1965.

_____ & CASTRO, Terezinha. *Leituras Geográficas*, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1967.

_____. *História Geral – 4 volumes*, Rio de Janeiro, Record Editores, 1970.

_____. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército e Distribuidora Record Editores, 1971.

_____. *Brazilian Land and People*. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, s/d.

Revistas:

CARVALHO, C. M. Delgado de. *Condições Gerais da Agricultura Paulista*. Boletim do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1913.

_____. *Geografia da Natureza* (conferência realizada no curso Livre de Geografia). *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, 1925-1927. Tomo XXXI, pág. 93.

_____. *Alterações nos tipos de Povoamentos no Estado de São Paulo*. *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, nº. 1, 1939.

_____. *O Atlântico – vida e história de um oceano*. *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, nº. 2, 1939.

_____. *Geografia das Fronteiras*. *Revista Brasileira de Geografia*, ano I, nº 3, 1939.

- _____. As fronteiras do Brasil no regime colonial. Revista Brasileira de Geografia, ano I, nº. 4, 1939.
- _____. As Ciências Sociais na Escola Secundária – Um problema Social. Ponegetti, 1940, pág. 27 – 52.
- _____. Colonização e Núcleos de Expansão – A propósito de um artigo do professor Preston James. Revista Brasileira de Geografia, ano III, nº. 1, 1941.
- _____. Evolução da Geografia Humana. Revista Brasileira de Geografia, ano III, nº. 2, 1941.
- _____. Earth Science. Revista Brasileira de Geografia, ano III, nº. 3, 1941.
- _____. A Excursão Geográfica. Revista Brasileira de Geografia, ano III, nº. 4, 1941.
- _____. O rio Amazonas e sua bacia. Revista Brasileira de Geografia, ano IV, nº. 2, 1942.
- _____. Blocos Diagramas. Revista Brasileira de Geografia, ano IV, nº. 3, 1942.
- _____. Atlas de Geopolítica. Revista Brasileira de Geografia, ano V, nº. 1, 1943.
- _____. Geografia e Estatística. Boletim Geográfico, ano I, nº. 2, maio/1943. CNG, Rio de Janeiro.
- _____. Geografia das Línguas. Boletim Geográfico, ano I, nº. 4, julho de 1943.
- _____. A cultura brasileira. Revista Brasileira de Geografia, ano VI, nº. 2, 1944.
- _____. O Ensino de Geografia no curso de humanidades I e II. Boletim Geográfico, ano I, nº. 10, janeiro de 1944.
- _____. A orientação Moderna. Boletim Geográfico, ano I, nº. 12, março de 1944.
- _____. As regiões naturais máximas. Boletim Geográfico, ano II, nº. 13, abril de 1944.
- _____. Uma concepção fundamental da Geografia moderna – a região natural. Boletim Geográfico, ano II, nº. 13, abril de 1944.

_____. A exposição geográfica. Boletim Geográfico, ano II, nº. 19, outubro de 1944, pág. 980-984.

_____. Brazil on the march. Revista Brasileira de Geografia, ano VII, nº.1, 1945.

_____. As três características do estudo geográfico. Boletim geográfico, ano II, nº. 23, fevereiro de 1945.

_____. O Sentido Geográfico. Boletim Geográfico, ano III, nº 25, abril, 1945, pág.7-10.

_____. Os dados morfológicos preliminares. Boletim Geográfico, ano III, nº. 27, junho de 1945.

_____. O estudo da paisagem. Boletim Geográfico, ano III, nº. 32, novembro de 1945.

_____. Evolução da Geografia Humana. Boletim Geográfico, ano III, nº. 33, dezembro de 1945, p. 1163-1172.

_____. As unidades de trabalho e suas aplicações práticas. Boletim Geográfico, ano V, nº. 51, junho de 1947.

_____. As excursões geográficas. Boletim Geográfico, ano V, nº. 59, fevereiro de 1948.

_____. Subindo o rio São Francisco. Boletim Geográfico, ano IV, nº. 62, maio de 1948.

_____ e QUINTIÈRE, Leila. Pródornos de um parque Industrial no Brasil. Boletim Geográfico, ano VI, nº. 71, fevereiro de 1949.

_____. Didática das Ciências Sociais. Boletim Geográfico, ano X, nº.107, março – abril de 1952

_____. Didática das Ciências Sociais. Boletim Geográfico, ano X, nº.108, maio – junho de 1952

_____. Didática das Ciências Sociais. Boletim Geográfico, ano X, nº.109, julho – agosto de 1952

_____. Didática das Ciências Sociais. Boletim Geográfico, ano X, nº.110, setembro – outubro de 1952

_____. Didática das Ciências Sociais. Boletim Geográfico, ano X, nº.111, novembro – dezembro de 1952

_____. As Ciências Sociais e a Aprendizagem. Boletim Geográfico, ano X, nº. 107, março/abril de 1952, p. 233-235.

- _____. Leituras Geográficas – Nota explicativa. Boletim Geográfico, ano XII, nº. 118, janeiro – fevereiro de 1954.
- _____. Didática da Geografia. Boletim Geográfico, ano XIII, nº. 125, março – abril de 1955.
- _____. Didática da Geografia. Boletim Geográfico, ano XIII, nº. 128, setembro – outubro de 1955.
- _____ e CASTRO, Terezinha. Geografia Política e Geopolítica – estudos e ensaios. Boletim Geográfico, ano XIV, nº.133, julho - agosto de 1956.
- _____ e CASTRO, Terezinha. A questão da Antártica. Boletim Geográfico, ano XIV, nº.135, novembro - dezembro de 1956.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, R. D. de & PASSINI, E. Y. O espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo, Contexto, Repensando o ensino, 1989.
- ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. Geografia e Geopolítica na formação Nacional Brasileira Everardo Adolpho Backheuser. Tese de Doutorado, Rio Claro, Unesp, 2000.
- ANDRADE, Manoel Correia de. O Pensamento Geográfico e a realidade Brasileira. São Paulo, Boletim Paulista de Geografia, nº. 54, p. 5-28, 1977.
- _____. Tendências Atuais da Geografia Brasileira. Recife, Editora ASA Pernambuco, 1986.
- _____. Caminhos e Descaminhos da Geografia. 2º ed., Campinas/São Paulo, Papirus, 1993.
- _____. Uma Geografia para o século XXI. Campinas/São Paulo, Papirus, 1994.
- BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da educação pública. In: Obras Completas de Rui Barbosa. Vol. X. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

- CARLOS, Ana Fani A. A Geografia na sala de aula. São Paulo, Contexto, 1999.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural – entre práticas e representações. Coleção – Memória e Sociedade, Rio de Janeiro, Difel Editora, 1990.
- COLESANTI, Marlene T. de M.. O ensino da Geografia através do livro didático no período de 1890 a 1971. Dissertação de Mestrado, Rio Claro, UNESP, 1984.
- FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira Ferraz. O discurso Geográfico: A obra de Delgado de Carvalho no contexto da Geografia Brasileira – 1913 a 1942. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1994.
- GODOY CAMARGO, José C. E STURARO, Ivair. O Organicismo, o Evolucionismo e o Possibilismo no contexto da Geografia; in: Documento da Argeo, nº 13, Unesp – Rio Claro.
- GUIMARÃES, Fábio Divisão Regional do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, ano III, nº. 2, abril – junho de 1941.
- ISSLER, Bernardo. A Geografia e os Estudos Sociais. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1973.
- LACOSTE, Yves. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 3º ed., Campinas/São Paulo, Papirus, 1993.
- LEITE, D. M. O carácter nacional brasileiro: história de uma ideologia. 4º edição, São Paulo, Pioneira, 1983.
- MONTEIRO, C.A. de Figueredo. A Geografia no Brasil (1934-1977) – Avaliação e Tendência. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.
- NAXARA, M.R.C. Estrangeiro em sua própria terra – representações do brasileiro (1870 – 1920). São Paulo, Annablume, 1998.

PEREIRA, Diamantino A.C. Origens e Consolidação da Tradição Didática na Geografia Escolar Brasileira. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1989.

PETRONE, Pasquale. O Ensino da Geografia nos últimos 50 anos. São Paulo, Revista Orientação, nº 10, USP – Instituto de Geografia, 1993.

PONTUSCHKA, Nídia N.. A Geografia: Pesquisa e Ensino. (p.111-142). In: CARLOS, Ana Fani A.: Novos Caminhos da Geografia. São Paulo, Contexto, 1999.

PRADO JR., Caio. A evolução da Geografia e a posição de Aires de Casal. Boletim Paulista de Geografia, nº.19, março de 1955, p. 53.

S/AUTOR. Apontamentos bio-bibliográficos – Professor Carlos Delgado de Carvalho. Boletim Geográfico, em 1944, p. 57-64.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças – Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

SEVCENKO, Nicolau (org.) História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do rádio. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

VESENTINI, J. W. (org.) Geografia e Ensino: textos críticos. Campinas / São Paulo, Papirus, 1989, p.31-82.

VLACH, Vânia R. F.. A Propósito do ensino de Geografia: em questão o nacionalismo patriótico. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP, 1988.

_____. Carlos Miguel Delgado de Carvalho e a Orientação da Moderna Geografia. in: Ensino e Geografia, Campinas/São Paulo, Papirus, 1989.

ZARUR, Jorge. Geografia no curso secundário. Revista Brasileira de Geografia, nº 2, ano III, Abril/Junho de 1941.

ZUSMAN, P. & PEREIRA, S.N. Entre a ciência e a política: um olhar sobre a Geografia de Delgado de Carvalho. Terra Brasilis, a.1, n°. 1, janeiro / junho de 2000, pág. 52-82.